



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

Philippe Cachoeira Marcolino

**Educação Alimentar e Nutricional: Ações Inseridas no Projeto Político  
Pedagógico em Escolas de Florianópolis, Santa Catarina.**

Florianópolis

2023

Philippe Cachoeira Marcolino

**Educação Alimentar e Nutricional: Ações Inseridas no Projeto Político  
Pedagógico em Escolas de Florianópolis, Santa Catarina.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Nutrição.

Orientadora: Profa. Claudia Soar, Dra.

Coorientadora: Profa. Janaina das Neve, Dra.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cachoeira Marcolino, Philipe  
Educação Alimentar e Nutricional: Ações Inseridas no  
Projeto Político Pedagógico em Escolas de Florianópolis,  
Santa Catarina. / Philipe Cachoeira Marcolino ;  
orientador, Claudia Soar, coorientador, Janaina das Neves,  
2023.  
89 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós  
Graduação em Nutrição, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Nutrição. 2. Educação Alimentar e Nutricional. 3.  
Projeto Político Pedagógico. 4. Programas de Políticas de  
Nutrição e Alimentação. I. Soar, Claudia. II. das Neves,  
Janaina. III. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Nutrição. IV. Título.

Philippe Cachoeira Marcolino

**Educação Alimentar e Nutricional: Ações Inseridas no Projeto Político Pedagógico em  
Escolas de Florianópolis, Santa Catarina.**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 18 de maio de 2023,  
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Ana Cláudia Mazzoneto, Dra.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Daniela Barbieri Hauschild, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dalvan Antônio de Campos, Dr.  
Universidade do Planalto Catarinense

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado  
adequado para obtenção do título de Mestre em Nutrição atribuído pelo Programa de Pós-  
Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Profa. Claudia Soar, Dra.  
Orientadora

Florianópolis, 2023.

## RESUMO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Brasil é fundamentada em políticas públicas, legislações, normativas, orientações e recomendações que visam promover uma alimentação saudável e adequada nas escolas, valorizando hábitos alimentares regionais e culturais, articulando políticas em todos os níveis da alimentação escolar e utilizando metodologias inovadoras e tecnologias sociais voltadas para a alimentação. Além disso, a EAN reconhece o potencial do alimento como ferramenta pedagógica, integrando-o ao processo educacional. Para fortalecer essas ações, foi publicado em 2012 o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (Marco de EAN), que estabelece diretrizes e define o conceito de EAN em diferentes contextos. O ambiente escolar desempenha um papel crucial na formação da personalidade e na promoção de hábitos alimentares saudáveis, e o processo educacional precisa seguir normas e diretrizes pedagógicas estabelecidas, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são documentos oficiais que orientam as bases curriculares das escolas. Um instrumento oficial de cada escola que reflete esse planejamento é o Projeto Político Pedagógico (PPP), que contém as atividades, objetivos, metodologias e metas de aprendizagem a serem alcançadas ao longo do ano letivo. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é analisar a inserção das ações de EAN propostas nos PPPs das escolas da rede municipal de Florianópolis, Santa Catarina utilizando o Marco de EAN como referência. A metodologia adotada nesta pesquisa seguiu um modelo com três etapas distintas. A primeira etapa consistiu no levantamento de documentos relacionados à EAN, como leis, normativas e documentos oficiais que norteiam e orientam a implementação da EAN no âmbito escolar, para embasar teoricamente o estudo e compreender a evolução histórica da inserção da EAN nessas normativas. A segunda etapa foi a busca pelos PPPs das escolas da rede municipal. Foi selecionada uma amostra de escolas que representasse todas as regiões da cidade e abrangesse as modalidades de ensino infantil e fundamental. Através da análise dos PPPs, foi possível identificar as ações de EAN propostas por cada escola. A terceira etapa consistiu na análise dos PPPs das escolas selecionadas. Nessa análise, foram observados aspectos como a presença de projetos específicos de EAN, a forma como a EAN é abordada no documento, as estratégias pedagógicas utilizadas e as metas estabelecidas e a sua categorização e correlação com o conceito e princípios do Marco de EAN. Dessa forma, foi possível compreender como a EAN está sendo incorporada no planejamento das escolas e identificar possíveis lacunas ou áreas de melhoria. Durante a análise documental, foram encontrados projetos de EAN nos PPPs das escolas, destacando-se as ações relacionadas à horta escolar, horta e sustentabilidade, educação com a horta, alimentação, refeitório, refeições e a disciplina de Ciências da Natureza. Ficou evidente que as ações de EAN estão presentes nos PPPs das escolas analisadas. No entanto, é fundamental que haja capacitação contínua e atualizada para todos os atores envolvidos nessas ações, a fim de que possam desenvolvê-las de forma ativa e consistente nas escolas.

**Palavras-chave:** Educação Alimentar e Nutricional; Projeto Político Pedagógico; Programa de Políticas de Nutrição e Alimentação.

## ABSTRACT

Food and Nutrition Education (EAN) in Brazil is based on public policies, legislation, regulations, guidelines and recommendations that aim to promote healthy and adequate eating in schools, valuing regional and cultural eating habits, articulating policies at all levels of school feeding and using innovative methodologies and social technologies focused on food. In addition, EAN recognizes the potential of food as a pedagogical tool, integrating it into the educational process. To strengthen these actions, in 2012 the Reference Framework for Food and Nutrition Education for Public Policies (EAN Landmark) was published, which establishes guidelines and defines the concept of EAN in different contexts. The school environment plays a crucial role in shaping personality and promoting healthy eating habits, and the educational process needs to follow established pedagogical norms and guidelines, such as the National Curricular Parameters (PCNs), which are official documents that guide the curricular bases of schools. An official instrument of each school that reflects this planning is the Pedagogical Political Project (PPP), which contains the activities, objectives, methodologies and learning goals to be achieved throughout the school year. In this context, the objective of this study is to analyze the insertion of EAN actions proposed in the PPPs of schools in the municipal network of Florianópolis, Santa Catarina, using the EAN Landmark as a reference. The methodology adopted in this research followed a model with three distinct stages. The first stage consisted of surveying documents related to EAN, such as laws, regulations and official documents that guide and guide the implementation of EAN in the school environment, to theoretically support the study and understand the historical evolution of the insertion of EAN in these regulations. The second stage was the search for PPPs from schools in the municipal network. A sample of schools was selected that represented all regions of the city and covered both kindergarten and elementary education. Through the analysis of the PPPs, it was possible to identify the EAN actions proposed by each school. The third stage consisted of analyzing the PPPs of the selected schools. In this analysis, aspects such as the presence of specific EAN projects, the way in which EAN is addressed in the document, the pedagogical strategies used and the established goals and their categorization and correlation with the concept and principles of the EAN Landmark were observed. In this way, it was possible to understand how EAN is being incorporated into school planning and to identify possible gaps or areas for improvement. During the document analysis, EAN projects were found in the schools' PPPs, with emphasis on actions related to the school garden, garden and sustainability, education with the garden, food, cafeteria, meals and the discipline of Natural Sciences. It was evident that EAN actions are present in the PPPs of the analyzed schools. However, it is fundamental that there be continuous and up-to-date training for all the actors involved in these actions, so that they can actively and consistently develop them in schools.

**Keywords:** Food and Nutrition Education; Pedagogical Political Project; Nutrition and Food Policy Program.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios do Marco de EAN .....	25
Quadro 2 – Descrição da evolução das principais Leis, normativas e/ou documentos relacionados a EAN.....	47
Quadro 3 – Características das escolas de Florianópolis de acordo com a análise documental dos PPPs dos anos de 2021 e 2022, realizadas no ano de 2023.....	53
Quadro 4 – Descrição dos projetos de EAN encontrados na análise documental dos PPPs dos anos de 2021 e 2022 realizadas no de 2023.....	54
Quadro 5 – Descrição da relação entre o conceito de EAN e os princípios do Marco de EAN encontrados na análise dos PPPs .....	56

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular  
CAE - Conselho de Alimentação Escolar  
CECANE - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar  
CME - Campanha de Merenda Escolar  
CNAE - Campanha Nacional de Alimentação Escolar  
DCNT - Doenças Crônicas Não Transmissíveis  
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada  
EAN - Educação Alimentar e Nutricional  
EBM - Escola Básica Municipal  
ENDEF - Estudo Nacional de Despesa Familiar  
FISI - Fundo Internacional de Socorro à Infância  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar  
INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
Marco de EAN - Marco de Referência de EAN para políticas públicas  
NEIM - Núcleo de Educação Infantil Municipal  
MS - Ministério da Saúde  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais  
PFZ - Programa Fome Zero  
PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição  
PNLD - Política Nacional do Livro Didático  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PPP - Projeto Político Pedagógico  
PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição  
PSE - Programa Saúde na Escola  
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional  
SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social  
SESI - Serviço Social da Indústria

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>O AMBIENTE ESCOLAR E A INFÂNCIA .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>A EDUCAÇÃO E SUAS METODOLOGIAS .....</b>	<b>15</b>
<b>2.3</b>	<b>EDUCAÇÃO EM SAÚDE .....</b>	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1</b>	<b>HISTÓRICO, CONCEITO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2</b>	<b>PESQUISAS SOBRE EAN NAS ESCOLAS .....</b>	<b>28</b>
<b>3.3</b>	<b>EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL INSERIDA COMO EIXO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR .....</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>EAN EM DOCUMENTOS OFICIAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>4.1</b>	<b>ATORES ENVOLVIDOS NAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....</b>	<b>37</b>
<b>5</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>38</b>
<b>5.1</b>	<b>OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>38</b>
<b>5.2</b>	<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....</b>	<b>38</b>
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>38</b>
<b>6.1</b>	<b>INSERÇÃO DO ESTUDO .....</b>	<b>38</b>
<b>6.2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO .....</b>	<b>39</b>
<b>6.3</b>	<b>ETAPAS DA PESQUISA.....</b>	<b>41</b>
<b>6.4</b>	<b>PROCESSO DE COLETAS DE DADOS .....</b>	<b>42</b>
<b>6.5</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>43</b>
<b>7</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>44</b>
<b>8</b>	<b>DISCUSSÃO.....</b>	<b>62</b>
<b>8.1</b>	<b>LINHA DO TEMPO DE DIRETRIZES/LEIS E DOCUMENTOS OFICIAIS E CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS .....</b>	<b>62</b>
<b>8.2</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE EAN ENCONTRADOS NA ANÁLISE DOS PPPs .....</b>	<b>67</b>
<b>8.2.1</b>	<b>Alimentação/Refeitório/Refeições .....</b>	<b>68</b>
<b>8.2.2</b>	<b>Horta escolar/Horta e sustentabilidade/Educando com a horta .....</b>	<b>70</b>
<b>8.2.3</b>	<b>Disciplina Ciências da Natureza .....</b>	<b>73</b>
<b>8.2.4</b>	<b>Projeto e conexões com o Marco de EAN .....</b>	<b>74</b>

<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto escolar, a formação da personalidade, a aprendizagem e o perfil alimentar dos alunos são influenciados por diversos fatores, tornando-se o espaço ideal para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis que, posteriormente, poderão ser levados e vividos no ambiente familiar (RAMOS *et al.*, 2013; OLIVEIRA *et al.*, 2014). A adoção da alimentação saudável é, indubitavelmente, importante durante toda a infância-, pois é um período que ocorre a introdução de novos sabores, texturas e cores (BRASIL, 2012).

Assim, o ambiente escolar é importante para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, especialmente a partir de orientações e diretrizes educacionais. No Brasil, as Bases e Diretrizes Curriculares possuem grande relevância no processo educacional. Em 1996, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para definir as bases curriculares das escolas presentes no Brasil, em que se contemplam as disciplinas tradicionais e os temas transversais que devem ser abordados no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 1996).

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de estudo e prática que aborda a promoção de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à alimentação saudável, nutrição e promoção de saúde. O marco da EAN define que:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõe o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

O conceito de EAN vai além das informações sobre nutrição, mas apresenta a capacidade das pessoas de tomar decisões importantes sobre sua alimentação e adotar comportamentos saudáveis (DE CASTRO; DE LIMA; ARAUJO, 2021).

A EAN envolve diferentes aspectos, como a compreensão da importância de uma alimentação balanceada, o conhecimento sobre os grupos de alimentos e suas funções, a valorização dos alimentos regionais e sazonais, o desenvolvimento de

habilidades culinárias e o estímulo de práticas alimentares sustentáveis. Também são abordadas questões relacionadas à segurança alimentar, direitos humanos, equidade no acesso a alimentos saudáveis e a importância da alimentação como direito fundamental (ALVES, HAYDA; WALKER, 2013).

O objetivo da EAN é propiciar às pessoas condições de acesso aos alimentos e capacitá-las a fazer escolhas alimentares conscientes e promover mudanças positivas nos padrões de alimentação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, prevenção de doenças decorrentes da má alimentação e promoção da saúde - integral (BEZERRA, 2018).

A EAN levou certo tempo para ser evidenciada e implementada nas escolas. Em 2009, a EAN tornou-se um dos eixos de atuação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo considerada uma grande conquista (BRASIL, 2009).

Os PPPs de cada unidade escolar são importantes para auxiliar as ações de EAN. Eles devem estar atualizados e tais dinâmicas devem ser contempladas de forma clara, estimulando a conscientização dos alunos e a prática de uma alimentação saudável e mudanças no estilo de vida, o que contribui para o desenvolvimento da criticidade e da valorização cultural (PONTES *et al.*, 2016).

A publicação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (Marco de EAN) em 2012 (BRASIL, 2012) foi essencial para atualizar e modificar as ações de EAN, que deveriam ser compreendidas como um conjunto de ações de promoção à saúde. Em 2018, com a EAN inserida no currículo escolar, ocorreu a promulgação da Lei de nº 13.666 de 16 de maio de 2018, que define a apresentação da EAN de maneira transversal e como objeto contínuo e permanente no ambiente escolar, sendo considerado um avanço no que tange à alimentação escolar (BRASIL, 2018, 2012, 2013; CAMOZZI *et al.*, 2015).

A EAN possui muitos benefícios para aqueles que iniciam desde cedo aos estudantes. Quanto maior o incentivo e a participação de todos, maiores serão as chances de criação e promoção de hábitos saudáveis durante a infância (LIMA *et al.*, 2008; BRASIL, 2009).

Oliveira *et al.* (2014) descrevem a importância e a eficácia da EAN no ambiente escolar em estudo realizado com crianças que estudavam no Núcleo de Desenvolvimento da Criança (NDC), em Fortaleza-CE. Foram realizadas atividades lúdicas com os alunos a fim de promover a EAN e constataram que as metodologias

propiciam aos alunos um aprendizado mais prazeroso. Ademais, verificaram, que, com o decorrer do ano letivo, houve uma mudança nas escolhas alimentares dos alunos. A partir das atividades realizadas, foi possível avaliar a semelhança entre as orientações apresentadas pelo Marco de EAN, como a utilização de atividades pedagógicas ativas como ferramenta promissora.

Os estudos de Santos *et al.* (2021), realizados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves do município de Cuité-PB, destacaram as ações EAN inseridas de maneira transversal no currículo escolar de “português” e “matemática”. Essa investigação se deu em uma escola pública e correlacionou as atividades propostas com os princípios do Marco de EAN e o conteúdo do Guia Alimentar para a População Brasileira. As ações já estavam previstas no planejamento pedagógico, porém, as atividades lúdicas, como jogos e contação de histórias, tiveram maior receptividade pelos alunos.

A partir dessas considerações, percebe-se que os estudos que têm o propósito de investigar a presença e a forma de fazer EAN nos PPPs são de grande relevância para promover discussões e apoiar o fortalecimento das iniciativas de inclusão do tema alimentação e nutrição no cotidiano escolar.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O AMBIENTE ESCOLAR E A INFÂNCIA**

A escola exerce papel fundamental na socialização, sendo um dos principais influenciadores nesse processo. Além de transmitir conhecimento, ela é responsável por compartilhar os valores culturais de uma geração para outra. De fato, a educação vai além das palavras e tem suas bases fundamentadas na prática concreta, envolvendo atitudes e comportamentos que, ao serem repetidos e incorporados no cotidiano, podem se tornar uma prática socialmente aceita (SANTOS, 2020).

Os indivíduos recebem informações por meio de bases físicas, tais como as visuais, táteis, térmicas, auditivas e/ou olfativas. O ambiente é uma representação constante da experiência humana. De fato, o comportamento do indivíduo envolve interação com o espaço, desde atividades mais simples, como comer e vestir, até as mais complexas, como tomada de decisões estratégicas, liderança, criação de artes, dentre outras (PETERSEN; SCHMIDT, 2012).

A compreensão do ambiente pelo ser humano e a relação da pessoa com o local deve-se tanto às características biológicas da espécie quanto às características e vivências do indivíduo, da idade e grupo social a que pertence (SILVA; FESTA, 2015).

A atenção às características sócio físicas dos ambientes e sua relação com a criança assegurando possibilidades de contato com espaços diversos, tanto artificiais quanto naturais, é uma forma de oferecer às crianças condições para o desenvolvimento integral, permitindo criar uma autoconsciência e consciência do ambiente que flui da experiência. A escola desempenha um papel crucial na educação das crianças, além de ser marca essencial do meio social, que abrange os espaços nos quais as crianças interagem. A escola possui ainda um papel importante ao facilitar a convivência, o desenvolvimento do apego e a apropriação desses espaços (SANTOS, 2020).

No ambiente escolar, é essencial levar em conta a relação entre o contexto político-ideológico, as características sociais do grupo e o ideal de ser humano almejado. A configuração, estrutura e estética do ambiente escolar devem ser repensadas para refletir as tendências educacionais dominantes e a sociedade -, incluindo fatores urbanísticos, como a situação e características dos terrenos disponíveis (PETERSEN; SCHMIDT, 2012).

A educação pré-escolar é o primeiro contato da criança com a escola e abrange as diversas fases da vida. Dessa forma, garante o desenvolvimento integral do indivíduo em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Diante disso, faz-se necessário compreender a importância desse período no desenvolvimento da criança e como a escola pode contribuir para o progresso cognitivo do aluno (FREIRE, 2015).

A educação no ambiente escolar é indispensável para que as crianças tenham uma vida social fora da família. Esse é um momento importante para os indivíduos aprenderem a se comunicar e a viver em sociedade, desenvolvendo habilidades básicas do ser humano, além das habilidades cognitivas e motoras. As atividades da educação infantil têm um efeito lúdico na motricidade, na capacidade de percepção e concentração, bem como no alargamento das interações sociais, na linguagem e na consciência moral, além de outras atividades (FREIRE, 2015).

Nesse sentido, o ambiente escolar não deve ser visto como uma solução para os pais que trabalham e não podem cuidar dos filhos durante o dia, já que, a educação

peçoal é uma ferramenta importante na educação infantil no Brasil. O desenvolvimento social de cada criança, suas aptidões cognitivas, sociais, motoras e independência são de extrema importância e também têm impacto na EAN (SILVA; FESTA, 2015).

## 2.2 EDUCAÇÃO E SUAS METODOLOGIAS

As metodologias da Educação se conceituam como a maneira pela qual o ensino é aplicado aos alunos, as formas de ensinar sob óticas singulares. Dentre as principais metodologias do processo educativo, destacam-se: Tradicional, Montessori, Waldorf, Construtivista, Freiriana, Pikler e a Metodologia Ativa (LACANALLO *et al.*, 2007).

A Metodologia Tradicional se baseia na visão do professor como elemento principal e detentor do saber. Os alunos são dispostos em fileiras de carteiras de frente para o professor e o conteúdo transmitido é o mais importante e deve ser memorizado. Nesta lógica, pensa-se a partir do termo “aluno” que significa “sem luz”; a luz é representada pelo conhecimento, que é disseminado pelo professor (LEÃO, 1999; INÁCIO *et al.*, 2020). Essa dinâmica é utilizada por diversos educadores. No entanto, com o passar dos anos, os professores têm diversificado a maneira de ensinar, evitando o uso da Metodologia Tradicional.

Por outro lado, a Metodologia de Montessori preza pela aprendizagem, estimulando a autonomia do aluno e diminuindo sua dependência do professor. Essa metodologia propõe que o processo de ensino e aprendizagem seja centrado no desenvolvimento dos alunos, e não apenas no conteúdo. Assim, todos os elementos presentes no ambiente possuem uma função dentro do processo de aprendizagem e devem estar ao alcance dos alunos (LEÃO, 1999; MONTESSORI, 2004; INÁCIO *et al.*, 2020).

Outra metodologia a ser apresentada é a Pikler, na qual os alunos e a sua formação são os elementos centrais. Dummer e Camazzato (2021) destacam que essa abordagem se assemelha à Montessoriana, já vez que prioriza a saúde do aluno em todos os sentidos e fundamenta-se na formação dos educandos através do estímulo da autodeterminação e da liberdade para explorar e desenvolver seus conhecimentos.

Waldorf também é uma metodologia de ensino que consiste na estimulação do desenvolvimento emocional, físico e intelectual, por meio do equilíbrio entre a sensibilidade e a razão. Por meio dela, são desenvolvidas atividades como marcenaria e artesanato. Silva (2015) explica que, para o desenvolvimento dessa metodologia, o ensino foi dividido em ciclos, fundamentados em práticas manuais e interdisciplinares, incluindo atividades que estimulem a potencialidade dos estudantes, relacionando corpo e mente.

É importante destacar que a Metodologia Construtivista também assinalou o desenvolvimento dos métodos de ensinar, ao evidenciar o aluno como protagonista dos processos de ensino, valorizando o conhecimento dos próprios alunos e estimulando os seus vários saberes (LEÃO, 1999; SILVA, 2015).

A Metodologia Freireana, também adotada pelo Marco de EAN, tem como base a relação dos estudantes com seu meio. Tal metodologia é amplamente utilizada no processo de alfabetização. Criada pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire, considera as diferenças sociais como a base para a formação e atuação do indivíduo como um sujeito transformador. Nessa abordagem, os conhecimentos dos educandos são valorizados e estimulados. Dummer e Camazzato (2021) assinalam que o seu objetivo principal consiste em princípios basilares a justiça social e a transformação social, sendo considerado uma técnica de ensino eficaz.

Por fim, a Metodologia Ativa consiste no modelo de ensino que visa à criação de estratégias que potencializam os processos educativos, como: gamificação, sala de aula invertida, dentre outros. Nessa metodologia, os alunos possuem protagonismo, engajamento e participam da construção do conhecimento, por meio da criação de estratégias que elevem a sua criatividade e o envolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Com a evolução das tecnologias, essa metodologia tem conquistado espaço nas salas de aula nos últimos anos. Aliada à metodologia de Freire um procedimento em potencial na construção de conhecimento (SILVA *et al.*, 2018).

Em 1990, surge o conceito denominado de “Três Momentos Pedagógicos”, como meio para facilitar o conhecimento e desenvolvimento dos alunos. Sob essa perspectiva. Delizoicov e Angotti (1990) propuseram três etapas distintas: problematização inicial, organização do conhecimento e a aplicação do conhecimento.

Na problematização inicial, são apresentadas as questões para serem discutidas com os alunos, buscando evidenciar situações estudadas com aquelas já

vivenciadas por eles, mas que, ainda, não foram interpretadas de maneira coerente por não possuírem conhecimentos suficientes. Essa etapa se caracteriza por ser o momento de compreensão dos alunos sobre o tema.

A organização do conhecimento, por sua vez, é o momento em que os conhecimentos adquiridos passam a fazer parte das discussões, ou seja, os alunos desenvolvem a compreensão sobre a problematização ou a situação inicial apresentada pelo docente. A última etapa é a aplicação do conhecimento, que aborda, de maneira sistemática, o conhecimento que foi mediado e absorvido pelo estudante para a interpretação e análise das situações iniciais, bem como outras que não estejam conectadas à motivação principal, mas são explicadas pelo conhecimento. A EAN é um exemplo de que essa metodologia pode auxiliar o aluno a estabelecer conexões entre os temas estudados, não apenas pelos conceitos, mas pelos fenômenos que se interligam às informações apresentadas (DELIZOICOV; ANGOTTI, 1990).

### 2.3 EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Freire deixou um legado significativo tanto para a educação quanto para a saúde. A sua abordagem pedagógica, centrada no diálogo, na conscientização e no empoderamento dos indivíduos, teve impacto no campo educacional e na promoção da saúde, incluindo os princípios da promoção de saúde por meio da Estratégia de Saúde da Família. Esse procedimento foi implantado para aproximação das pessoas por meio do diálogo, além de promover a autonomia e as reflexões sobre as situações concretas sobre a existência. Ademais, não excluem as diferenças ou os conhecimentos das pessoas, mas valorizam as contradições para superá-las (CARVALHO, 2005).

Segundo Freire (1996), as pessoas são estimuladas a tomarem suas decisões em relação a assuntos que possam interferir de maneira direta e positiva em suas vidas. Nesse sentido, a participação de profissionais de diversos setores torna-se fundamental. A partir dessa concepção, a promoção da saúde passou a exercer uma influência significativa, já vez que a autonomia das pessoas se torna elemento essencial para impulsionar as mudanças na sociedade. Na área da saúde, a construção das relações de diálogo entre os indivíduos é muito importante. Por isso,

Paulo Freire contribui, indubitavelmente, para o desenvolvimento e entrosamento entre os atores deste cenário (BUSS, 2000).

As reflexões e estudos acerca das metodologias propostas por Paulo Freire revolucionaram o sistema educacional no Brasil, fomentando a educação embasada no empirismo, já que ele compreendia o processo educativo iniciado por meio da prática. Dessa maneira, Freire evidenciava a necessidade de existir uma relação recíproca entre alunos e professores, possuindo saberes estimulados e conectados pela contínua troca de conhecimentos. Assim, este cenário não permitiria que a educação ganhasse contornos opressores, voltada à concepção de que somente o professor é detentor do conhecimento. Nessa perspectiva,

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca (FREIRE, 1994, p. 34).

Para Freire (1994), o ensino hierárquico e opressivo que se baseia apenas na transmissão de conhecimentos aliena o aluno e o deixa incapacitado para desenvolver uma aprendizagem satisfatória, significativa e criativa. As ideias do autor supracitado foram fundamentadas no rompimento de paradigmas propostos pela sociedade brasileira. Esse rompimento evidenciou os prejuízos causados aos alunos que eram submetidos ao autoritarismo nas escolas, o que impedia a formação da consciência crítica sobre os problemas enfrentados pelo Brasil (KOPSTEIN; ZUCOLOTTI, 2019).

Ainda de acordo com Freire, a Pedagogia é essencial para que mudanças e adequações sejam realizadas na mentalidade e pensamento dos brasileiros, possibilitando-lhes o desenvolvimento da capacidade de lutar contra a opressão. Ele propôs o exercício de práticas pedagógicas que não contemplassem o sentimento de conformismo, a educação dominadora, fomentando dinâmicas reflexivas sobre as formas de opressão, domesticação e anulação do pensamento crítico dos alunos (FREIRE, 1994).

A partir desses aspectos observa-se que a metodologia de Paulo Freire evidencia a importância de uma educação baseada em moldes multiculturais, éticos, libertadores e transformadores para que os indivíduos sejam respeitados e seus conhecimentos considerados. Assim como nas salas de aula, os profissionais de saúde devem se portar como educadores, emancipadores e transformadores que

buscam a mudança de comportamento das pessoas sob seus cuidados, a fim de que tenham qualidade de vida (ALVIM; FERREIRA, 2007). Nesse sentido, a implementação da Pedagogia em saúde deve ser conduzida pelos profissionais visando a transformação e o fomento da autonomia dos indivíduos considerados como "aprendizes" que recebem informações sobre enfermidades, medidas preventivas e opções terapêuticas.

A abordagem de Paulo Freire na Educação em saúde trouxe uma nova perspectiva sobre a conduta dos profissionais em relação aos pacientes e teve um impacto direto na concepção de saúde no Brasil. Os princípios estabelecidos pelo autor, sobre a relação entre aluno e professor na esfera educacional, também são aplicáveis aos médicos/enfermeiros e seus pacientes. Muitos profissionais de saúde, insatisfeitos com as práticas de saúde atualmente mercantilizadas e rotineiras, adotaram a metodologia de Freire. Através da obra, "Pedagogia do oprimido" (1966), o pedagogo difundiu a educação popular, transformando a estrutura de diversos sistemas, incluindo o sistema de saúde (BRASIL, 2007).

No escopo da Educação em Saúde, que busca capacitar as pessoas com conhecimento, habilidades e atitudes para tomar decisões informadas e adotar comportamentos saudáveis a fim de melhorar a qualidade de vida e prevenir doenças, destaca-se a EAN, que será apresentada a seguir.

### **3 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

#### **3.1 HISTÓRICO, CONCEITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

O histórico brasileiro de Educação Alimentar e Nutricional tem início na década de 1930 e se estende até os dias atuais. Era latente a influência do Governo Federal no entendimento e nas formas de executar essa ferramenta educativa (VASCONCELOS, BATISTA FILHO; 2011).

Neste contexto, é importante mencionar que durante o governo de Getúlio Vargas, surgiram as primeiras iniciativas relacionadas à Educação Alimentar (EA), oriundas ainda de certo interesse político. Assim, a EA possuía como principal objetivo proporcionar benefícios à alimentação da população e diminuir os níveis de desnutrição existentes. A primeira ação, visava auxiliar comunidades de baixa renda a se alimentar, se deu por meio da criação das chamadas "Visitadoras de

Alimentação”, profissionais que visitavam os trabalhadores e suas famílias realizando as ações de EA. Essa iniciativa foi realizada nos anos de 1940, após a implantação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) (BOOG, 1997; ARAÚJO *et al.*, 2010). Essa realidade revela que a EA era voltada para pessoas em situações de vulnerabilidade.

Durante os anos de 1950 e 1960, a EA foi incentivada por meio do consumo da soja e seus derivados, diferente da realidade alimentar brasileira. Essa prática foi determinada após o governo brasileiro firmar uma parceria com os Estados Unidos através de uma agência para desenvolvimento internacional, cujo nome e sigla em inglês são: *United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, USAID). A partir dessa parceria, houve o envio de alimentos excedentes da indústria alimentícia americana ao Brasil (LINS, 2021).

Neste período, iniciaram-se os cursos de EA para a população brasileira, inicialmente visando a utilização dos alimentos que eram doados a população e que foi sendo reformulada com o passar dos anos a partir da alimentação real da população. O apoio principal pautava-se na formação e aplicação destes cursos pelo Serviço Social da Indústria (SESI), (BOOG, 1997; CAMOSSA *et al.*, 2005). Muito embora, as práticas dessas ações tenham avançado para uma oferta de alimentação à população, é perceptível um retrocesso relacionado à concepção do alimento enquanto mercadoria, desconsiderando-se a cultura alimentar dos indivíduos (MACHADO *et al.*, 2016).

A partir de 1970, a EA passou a ser redirecionada, deixando de ser associada à falta de educação e de conhecimento alimentar. Foi relacionada à falta de recursos dos menos favorecidos, cujo acesso à alimentação adequada era fragilizada. Pesquisas realizadas por economistas justificam essa realidade brasileira, conforme destacado pelo Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF). O material desenvolvido tornou-se precursor no estímulo às futuras mudanças relacionadas à EA no Brasil, impulsionadas pela compreensão das desigualdades alimentares entre diferentes grupos socioeconômicos, o que levou a maior conscientização sobre a importância da promoção de hábitos alimentares saudáveis e equilibrados para a população (SANTOS, 2005; CAMOSSA *et al.*, 2005).

No Brasil, começaram a se institucionalizar cursos de Pós-graduação em Nutrição, com o intuito de reforçar, de forma instrumental, a capacitação do Técnico

em EA e a execução dos programas de alimentação e nutrição. Os trabalhos de pós-graduação eram regulamentados pelo Estado por meio do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Essa fase foi marcada pelo avanço nas pesquisas relacionadas às políticas de alimentação e nutrição (CAMOSSA *et al.*, 2005).

Em meados de 1978, ocorreu a Primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários à Saúde, que foi organizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ocorrida em Alma-Ata. Este evento se tornou importante para ratificar o conceito de saúde, como direito humano, e promover a saúde aos indivíduos, reconhecendo a necessidade de prevenção das doenças. Intentava-se aliar esses pressupostos à qualidade de vida da população, ao melhor desenvolvimento econômico entre os países, a fim de se tornar uma meta social igualitária (MENDES, 2004). O Brasil reconhece a saúde como direito social na Constituição Federal de 1988, mas a alimentação foi inserida como direito com a PEC nº 64, de 2010.

Diante desse cenário, promoveu-se uma crítica à EA, oriunda de novas perspectivas, excluindo-se a concepção de ensino aos menos favorecidos a comer, isto é, identificou-se que a renda era o principal fator limitante relacionado à EA. Paulo Freire fundamentou a essência da educação baseada na ação crítica, valorizando os saberes e práticas populares de acordo com a realidade da população e enfatizou a democratização de acesso ao conhecimento em todas as esferas (BOOG, 1997; SANTOS *et al.*, 2005). Tal movimento incentivou o entendimento da construção de saberes, considerando os conhecimentos técnico-científicos e saberes populares.

É importante destacar que o Ministério da Saúde (MS) possui o papel de formular e fomentar políticas de alimentação e nutrição, conforme estabelecido na Lei nº 8.080 de setembro de 1990. A partir de 1999, foi instituída a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), cujo objetivo era complementar as ações de alimentação no Sistema Único de Saúde (SUS) e subsidiar diversas ações de políticas públicas e valorizar a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Nesse período, houve ampliação da compreensão da EA, passando a ser vista a partir de uma perspectiva mais abrangente, como estratégia de promoção da saúde (BRASIL, 1990; BRASIL, 1999; BRASIL, 2020). Portanto, o conjunto de políticas públicas levou ampliação no entendimento de EA, até mesmo na nomenclatura e a adoção da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e suas reais perspectivas.

A partir desses pressupostos, o Projeto Fome Zero (PFZ) foi um dos principais programas do país focados na alimentação e na EAN, cuja proposta era a criação de

palestras e campanhas publicitárias sobre educação em consumo, EAN e segurança alimentar, sendo incluído no currículo escolar. Esse programa sugeria a criação de normas e controles direcionados a rotulagens de alimentos, bem como especificações e orientações sobre o consumo de industrializados, além de ajuda financeira às famílias de baixa renda, distribuição de vitaminas e minerais, construção de restaurantes populares até a criação de cisternas nas regiões mais precárias e carentes do país (PROJETO FOME ZERO, 2001). As características do programa visavam à realidade alimentar do país, com o intuito de educar a população por meio das práticas alimentares saudáveis, fornecendo acesso à alimentação adequada a todos.

A partir dos anos 2000, houve considerável mudança em relação às políticas públicas no Brasil. Durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), Presidente da República (2003 a 2010), as ações de combate à desigualdade social, combate à fome, valorização e criação de políticas públicas foram determinantes para a expansão das ações da EAN e dos programas de alimentação no Brasil.

Nesse sentido, entre os anos de 2003 a 2018, foi feita uma avaliação das políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil. Para isso, fez-se um levantamento dos programas, evidenciando-se a implementação do combate à fome, assistência e segurança alimentar e promoção da alimentação saudável. Tais diretrizes foram executadas, implementadas e fomentadas nos governos de Lula e Dilma Rousseff. No entanto, com Michel Temer as políticas foram sendo abandonadas e depreciadas, sendo realizadas reduções em verbas e cortes em diversos programas voltados à alimentação (VASCONCELOS *et al.*, 2019).

A construção de políticas voltadas a consolidação da EAN então neste momento como um campo que estuda a ação contínua e multiprofissional com o objetivo de incentivar e promover hábitos alimentares saudáveis (BEZERRA, 2018). Nesse sentido, é necessário que a EAN seja situada dentro do ramo das Ciências Sociais e Humanas, compreendida como prática social, construída por elementos que simbolizam o ato alimentar como um fator social (ALVES, 2013). Nos conceitos de Educação em Saúde, é frequente a observação da prevalência de um modelo educacional ultrapassado, conhecido como Educação Bancária, conforme destacado por Paulo Freire. Nesse modelo, os professores simplesmente sobrecarregam os alunos com conteúdo, sem promover participação ativa e crítica por parte dos estudantes.

Em 2006, foi aprovada a Portaria Interministerial nº1010. O seu objetivo principal foi o fortalecimento das ações EAN nas escolas a fim de se estimularem a prática e o desenvolvimento dessas ações de modo mais incisivo. Em 2009, foi construída a nova Legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um marco para que as ações de EAN passassem a ser um eixo de atuação no país (BRASIL, 2006; BRASIL, 2009). Destaca-se, portanto, que:

a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009, n/p).

No Brasil, o PNAE é um importante programa de segurança nutricional e alimentar (SAN) voltado para a oferta de alimentação escolar aos estudantes da educação básica, sendo um dos mais bem-sucedidos. De acordo com as diretrizes do Plano de Atendimento à Alimentação Escolar, as escolas devem preparar e servir refeições, utilizando alimentos saudáveis ou que sejam minimamente industrializados ou processados, de origem de produção local, além de indicarem estratégias que garantam o direito humano à alimentação adequada (DHAA), à SAN (CESAR *et al.*, 2018). Dessa forma, os acessos físicos e financeiros, são cruciais para a garantia da SAN, que possui como definição:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, n/p).

É necessário que o Distrito Federal, Estados e Municípios sigam as normas e princípios do PNAE para que possam receber os recursos financeiros suficientes para fornecer, no mínimo, uma refeição aos alunos a fim de beneficiar desenvolvimento integral dos estudantes, além de promover e incentivar o consumo e hábitos alimentares saudáveis (ROSSETTI *et al.*, 2016). É importante destacar que a inclusão do tema EAN no currículo escolar realizada em 2009, dentro dos processos de ensino e aprendizagem visa fomentar essas ações de EAN e ampliá-las (CESAR *et al.*, 2018).

Em 2011, com a finalidade de garantir a SAN e o DHAA, reformulou-se o PNAE, que passou a sugerir, de forma mais efetiva, a prática de ações de EAN,

ampliando-se os atores, assim como os cenários e setores em que são realizadas as práticas de EAN (BRASIL, 2012).

Em 2012, a publicação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas se tornou um dos principais pontos de ascensão da EAN, apresentando as diretrizes e princípios dessa dinâmica (BRASIL, 2012).

A elaboração do Marco de EAN foi promovida pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde e Ministério da Educação, que contou com a colaboração de vários profissionais, nutricionistas, docentes, gestores e representantes da sociedade civil que possuíam interesse na temática de EAN. Esse momento contou com a troca de ideias e reflexões, tendo início no I Encontro “Educação Alimentar e Nutricional – Discutindo Diretrizes”, que foi realizado no ano de 2011 em Brasília (Distrito Federal). Assim, iniciaram-se as práticas de metodologias para a formulação do Marco de EAN, que foi lançado no ano seguinte (BRASIL 2012). Sob essa ótica, é válido reconhecer que:

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas tem o objetivo de promover um campo comum de reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na ação pública, e que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos. Assim, o Marco de Referência pretende apoiar os diferentes setores de governo em suas ações de EAN para que, dentro de seus contextos, mandatos e abrangência, possam alcançar o máximo de resultados possíveis. Nesse sentido, a EAN integrada a estratégias mais amplas para o desenvolvimento, poderá contribuir para melhorar a qualidade de vida da população (BRASIL, 2012, n/p).

Considerando as informações apresentadas, o Marco de Referência de EAN surgiu como um instrumento inovador e abrangente, com o objetivo de orientar e aprimorar as ações de EAN no Brasil. Esse documento trouxe consigo uma abordagem mais aprofundada sobre o tema, fornecendo diretrizes para as diversas práticas desenvolvidas no contexto escolar e além dele. Com a sua publicação, foram estabelecidos nove princípios fundamentais de EAN, os quais desempenham um papel essencial na implementação e condução desse tema em diferentes setores e contextos. Esses princípios são direcionadores importantes que contribuem para a promoção de uma alimentação adequada, saudável e sustentável, bem como para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à

alimentação e nutrição. Dessa forma, o Marco de Referência de EAN se torna uma referência significativa na construção de uma sociedade mais consciente e engajada em relação à alimentação (BRASIL, 2012). No quadro a seguir são descritos estes elementos (Quadro1).

Quadro 1 – Princípios do Marco de EAN

<p>1- Sustentabilidade social, ambiental e econômica.</p> <p>2- Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade.</p>	<p>Esses princípios despertam um olhar que vai além do ato de comer, isto é, é necessário criar um conhecimento e alcançá-lo de maneira correta, aprendendo a se alimentar de maneira saudável (pensando na sustentabilidade), respeitando a natureza. Além disso, é pertinente pensar no impacto que pode ser causado em todo o sistema alimentar de acordo com as escolhas alimentares que são realizadas.</p>
<p>3- Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas.</p> <p>4- A comida e o alimento como referências: valorização da culinária como prática emancipatória.</p>	<p>Nestes princípios, <i>“A ideia é que a alimentação não diz respeito apenas ao alimento ao que se come. Ela envolve valores afetivos, sensoriais e sociais que constroem a própria cultura. Valorizar as culturas locais é sinônimo de respeito aos diferentes saberes e referências, seja local e/ou regionalmente. Além disso, é importante valorizar a diversidade da comida e do alimento como possibilidade de variabilidade de nutrientes. A construção de uma identidade alimentar engajada com os princípios da sustentabilidade e da integralidade do sistema alimentar utiliza o repertório culinário do território como ferramenta</i></p>

	<p><i>para redescobrir os sentidos, as técnicas, os saberes e os símbolos de cada lugar, reconectando memórias e afetos. Ações de EAN que valorizam a cultura alimentar local podem mobilizar pessoas com diferentes histórias, contextos e referências, fazendo da ação um ambiente de trocas, reconhecimento, compartilhamento de saberes e fortalecimento de vínculos.”</i></p>
<p>5- Promoção do autocuidado e da autonomia.</p> <p>6- Educação como processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos.</p>	<p><i>” É importante que as ações realizadas expressem uma educação voltada para o autocuidado. Ou seja, atividades que despertem o olhar para si, proporcionando que o indivíduo possa escolher as melhores formas de cuidar de si mesmo, constituindo-se assim um agente ativo no processo de aprendizagem a respeito das escolhas alimentares. Não devemos esquecer que, para as pessoas se colocarem no papel de protagonistas de suas escolhas e mudanças, é necessário que estejam motivadas e informadas sobre as possibilidades das mesmas. Portanto, se faz necessário criar espaços de diálogos contextualizados com a realidade local, que proporcionem a participação ativa e consciente dos sujeitos para construção de cidadãos críticos, que se enxerguem envolvidos não apenas com a conquista do seu próprio bem estar, mas também com o de seus semelhantes.”</i></p>

<p>7- A diversidade nos cenários de prática.</p> <p>8- Intersetorialidade.</p>	<p>As ações de EAN devem ocorrer de uma maneira coordenada e estarem disponíveis em diversos espaços com diversos públicos. Desse modo, quanto maior for a união intersetorial, maiores são as possibilidades de articulação das práticas de EAN e de seus princípios.</p>
<p>9- Planejamento, avaliação e monitoramento das ações.</p>	<p>A chave para o sucesso na realização da EAN segue esse princípio que define que: <i>“Um Processo organizado de diagnóstico, identificação de prioridades, elaboração de objetivos e estratégias para alcançá-los, desenvolvimento de instrumentos de ação, previsão de custos e recursos necessários, detalhamento de plano de trabalho, definição de responsabilidades e parcerias, definição de indicadores de processo e resultados.”</i></p>

Fonte: Adaptado dos Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (BRASIL, 2012).

Sob essa ótica, é importante destaca que o Marco de EAN tornou-se um documento norteador na execução das ações de EAN, de fácil entendimento, que descreve diversos cenários e formatos de execução de atividades em questão no ambiente escolar, sendo uma ferramenta-chave para os atores sociais (BRASIL, 2012).

Sendo assim, importa destacar que a EAN no Brasil não é executada de forma isolada, mas por meio da integração de objetivos e estratégias, em conexão com vários programas nacionais, como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o Plano de Ação Estratégia de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), o Programa Saúde na Escola (PSE) entre outros (BRASIL, 2011).

A respeito da EAN nas escolas, uma pesquisa realizada por Ottoni, Domene e Bandoni (2019) avaliou as ações de EAN nas escolas do Brasil, a partir dos dados do “Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar”, de 2010. Foram

consideradas, como atividades relacionadas à EAN a execução e produção de hortas, a prática de oficinas culinárias e a implementação da EAN no currículo escolar. Participaram da pesquisa cerca de 786 municípios, com a maioria relatando possuir o tema EAN no currículo escolar. Contudo, poucos municípios realizaram projetos como a horta escolar ou alimentos da agricultura familiar. Para que haja uma aplicabilidade do que é proposto, é necessário que se tenha o conhecimento sobre a importância destas ações, para que se planeje a sua implementação, de forma adequada, incluindo as práticas no ambiente escolar.

### 3.2 PESQUISAS SOBRE EAN NAS ESCOLAS

A compreensão dos benefícios e desafios da implementação da EAN nas escolas é essencial para desenvolver estratégias eficazes e embasadas em evidências. Nesse sentido, as pesquisas sobre EAN nas escolas desempenham um papel crucial ao fornecer percepções, informações e diretrizes que contribuem para o aprimoramento e a efetividade das práticas educativas relacionadas à alimentação e nutrição.

Foi identificado em algumas escolas a presença de oficinas culinárias baseadas na ferramenta de EAN, com os temas: preparo de salada de frutas, bolos, sanduíches, sucos; uso integral dos alimentos; preparo de alimentos tradicionais e regionais; preparo de alimentos da horta escolar. Além disso, realizaram-se atividades lúdicas como teatros, jogos pedagógicos, pintura e arte. Outra dinâmica presente foi a realização do treinamento dos funcionários para as boas práticas de manipulação dos alimentos e cursos sobre alimentação saudável (OTTONI; DOMENE; BANDONI, 2019). Com efeito, a EAN pode ser aplicada de diversas maneiras e em vários momentos no ambiente escolar. Conforme cada realidade escolar, as metodologias de ensino podem ser adaptadas para que estas ações ocorram com maior frequência para o alcance do sucesso almejado.

Conforme pesquisa realizada para avaliar os diferentes métodos de EAN, 2016 a 2017, identificou-se o uso de métodos como oficinas, painéis, dinâmicas, hortas escolares, aulas dialogadas, atividades lúdicas, palestras, e pirâmide dos alimentos nas escolas, além do aumento da inclusão do tema (CABRAL *et al.*, 2015).

No contexto internacional, os Estados Unidos possuem o *National School Lunch Program* (NSLP), programa de alimentação e nutrição criado em 1946. Ele

atende a grande número de pessoas e busca garantir a saúde e bem-estar das crianças, estimulando o hábito de se ter uma alimentação saudável. Esse programa abrange todas as escolas, públicas ou privadas de 1ª a 12ª série, que equivalem ao Ensino Básico no Brasil, e a creches residenciais (PEIXINHO *et al.*, 2011). Desde seu início, determinou-se que o NLSP deve fornecer, pelo menos, 1/3 das necessidades diárias recomendadas. Em 2010, mais de 5 bilhões de almoços e 200 milhões de lanches foram servidos aos estudantes por meio deste programa (EUA, 2010).

Japão e México revisaram recentemente seus programas de alimentação escolar para promover a redução dos altos índices de crianças com sobrepeso. Esses programas visam o combate à desnutrição e sobrepeso, além da ampliação da educação nutricional e ao incentivo de hábitos alimentares saudáveis. No Reino Unido, investe-se no enfrentamento à obesidade infantil e na garantia da alimentação na escola. Para isso, o governo tem investido na qualidade nutricional das refeições e na EAN (WFP, 2022).

Por sua vez, Suécia e Finlândia oferecem alimentação a crianças e famílias pobres, de maneira gratuita. Para as crianças que possuem melhores condições financeiras, a alimentação é paga por elas. Esse modelo de sistema garante que os recursos sejam usados para as crianças e famílias mais vulneráveis, comum em diversos países da Europa, em que a alimentação é gratuita a este público. Muitos países possuem políticas para auxiliar as escolas a oferecerem refeições mais nutritivas e balanceadas. Na Alemanha, os dias letivos são mais longos, a oferta de refeições quentes é ainda mais importante (DE CASTRO; DE LIMA; ARAUJO, 2021).

O Brasil é um dos poucos países que possui um programa universal para a alimentação escolar. Todas as crianças matriculadas nas redes públicas de ensino recebem refeição nutritiva e balanceada, além de participarem de atividades que incluem a EAN. O PNAE alimenta cerca de 43 milhões de crianças em todo o Brasil (WFP, 2022).

A busca e o incentivo à prática da alimentação adequada, saudável e acessível é uma preocupação mundial. Pode-se observar que em diversos países há a preocupação com a inclusão de uma alimentação adequada e em alguns momentos esta alimentação é utilizada como ferramenta pedagógica.

### 3.3 EAN COMO EIXO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O nutricionista é o profissional fundamental no PNAE atuando como responsável técnico pela execução do programa, a fim de desenvolver as atividades de planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação quanto à alimentação escolar (SILVA *et al.*, 2018).

A Portaria Interministerial nº1.010 de 08 de maio de 2006 oportunizou a inclusão efetiva da EAN, através do estímulo à promoção da alimentação saudável nas escolas. Juntamente com o PSE, impulsionaram a “alimentação e nutrição” nas diretrizes e Projetos Políticos Pedagógicos das escolas (BRASIL, 2006; 2007).

A partir de 2009, por meio da Lei de nº11.947, a EAN foi oficialmente inserida no processo de ensino das escolas, tornando-se um dos eixos do PNAE. Com a publicação do Marco de EAN e seus princípios em 2012, surge um documento que se torna referência nesta temática, com novo conceito norteador das ações de EAN. Dessa forma a Promoção de Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) começa a ser implementada nas escolas articulada através do PNAE. A EAN foi incluída no currículo escolar para favorecer a utilização de alimentos orgânicos, estimulando o consumo da alimentação saudável, fomentar a agricultura familiar, valorizar a cultura local e inserir vários atores no âmbito escolar (BRASIL, 2009; 2012; 2013).

Contudo, mesmo com a integração dos programas de alimentação, alguns estudos evidenciam que há a necessidade da realização dessas ações. Uma pesquisa realizada entre 2004 a 2005 com 670 municípios brasileiros demonstrou que menos de 50% das prefeituras conseguiram realizar as ações de EAN (BELIK; CHAIM, 2009).

Segundo Silva *et al.* (2018), a maioria dos municípios brasileiros possuem atuação do nutricionista nas escolas e creches, porém, uma minoria desenvolve ações educativas de alimentação nas escolas, atuando somente na formulação de cardápios.

Em estudo, feito em 2007 com 434 nutricionistas na região nordeste do Brasil, foi constatado que apenas 33,8% conseguiram realizar ações de EAN nas escolas (MELLO *et al.*, 2012). Ainda há uma lacuna em estudos dessa temática, tornando-se necessários novos estudos para diagnosticar o parâmetro atual das atividades de EAN realizadas pelos nutricionistas.

Outra pesquisa realizada com 243 estudantes de três escolas públicas do município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2013 a 2014, teve como objetivo principal avaliar se as atividades de EAN poderiam aprimorar o conhecimento sobre alimentação e a aceitação das refeições ofertadas pelo PNAE. As etapas do estudo envolveram avaliação do estado nutricional, aplicação de um questionário de frequência, aceitação da alimentação escolar, aplicação de jogos lúdicos, oficinas culinárias e atividades educativas em sala de aula e a reaplicação dos jogos. Ao término dos estudos, os pesquisadores constataram que houve melhoria na fixação dos conhecimentos sobre alimentação saudável e mudança positiva na aceitação da alimentação escolar (SILVA *et al.*, 2017).

Para que haja melhor entendimento e execução nas ações de EAN no ambiente escolar, a temática alimentação deve ser questão principal em forma de educação permanente aos atores envolvidos e deve estar inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos PPPs (BRASIL, 1997, 2017). A valorização das ações de EAN deve ser um tema recorrente, uma vez que o estímulo e a prática dessas ações por diversos atores têm papel fundamental para que as propostas sejam bem executadas.

#### **4 EAN EM DOCUMENTOS OFICIAIS**

A fim de orientar e padronizar as ações educacionais nas escolas, existem alguns documentos fundamentais no processo de educação e devem ser seguidos e elaborados a partir das diretrizes educacionais do Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída em 20 de dezembro de 1996, regulamenta o princípio da promoção da gestão democrática na educação brasileira, á previsto na Constituição Federal de 1988. Determinam-se, assim, os métodos de ensino e formas de êxito na aplicação da gestão democrática por meio dos seus princípios: (I) “A importância da inclusão dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico escolar; (II) e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. Dessa forma, fica estabelecida a inclusão de toda a comunidade para que participe ativamente no exercício da democracia no âmbito escolar (BRASIL, 1988; 1996).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) surge como um documento norteador e aliado à descentralização e à democratização das ações pedagógicas, incluindo a

maior da participação dos atores escolares na sua formulação e aplicação (LIBÂNEO *et al.*, 2012). No Brasil, a cidade de São Paulo foi a primeira a estabelecer o PPP municipal de acordo com as realidades escolares. Para a sua elaboração, houve a participação ativa dos profissionais da educação e da comunidade escolar, com o intuito de corrigir as dificuldades escolares presentes em cada unidade educativa (SAUL; SILVA; AGUIAR, 2011). A implementação do PPP foi bem aceita pelos educadores e, aos poucos, foi aderida por outras unidades.

Em 20 de dezembro de 2017, o Ministério de Educação aprovou a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), determinando-se o seguinte:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)<sup>1</sup>, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2017, n/p).

Esse documento se tornou uma referência para a formulação dos currículos e PPPs das redes escolares brasileiras, tendo em vista que alinha as temáticas educacionais para que seja desenvolvida a educação de forma padronizada, valorizando-se as transformações humanas, sociais, justas e a preservação da natureza (BRASIL, 2017).

Contudo, em 16 de maio de 2018, durante o governo do Ex-Presidente Michel Temer, alterou-se a lei de nº 9.394 de 1996, que apresentava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Definiu-se, que a EAN fosse um tema transversal no currículo escolar do país, regulamentada por meio da lei de nº 13.666 (BRASIL, 1996; 2018). Essa decisão serve como apoio na temática de EAN, assegurando que todas as escolas tenham acesso ao tema por meio de seu currículo escolar.

Em 2019, Com a finalidade de ajustar e adaptar os documentos educacionais norteadores, a Secretaria do Estado de Santa Catarina, juntamente com demais órgãos catarinenses, publicou o documento intitulado de Currículo Base da Educação do Ensino Fundamental do Território Catarinense, oriundo das diretrizes da BNCC.

Este documento tem o objetivo de organizar as atividades acadêmicas e os processos pedagógicos do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental para fortalecer as bases pedagógicas e entrelaçar seus conceitos com a prática diária no ambiente escolar catarinense (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS, 2019).

Anterior a essa publicação, em Florianópolis, SC, utilizavam-se documentos próprios norteadores como parâmetro na aplicação das diretrizes do BNCC e, conseqüentemente, base inicial para a elaboração de cada PPP das escolas do município. Destacam-se a Diretriz Educacional Pedagógica para Educação Infantil (2010) e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2015). Esses documentos são utilizados como ponto de partida para as ações educativas e orientadoras quando relacionados às práticas pedagógicas municipais (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS, 2010; 2015).

Em 04 de junho de 2001, foi decretada a Lei Municipal de nº 5853, em que se estabeleceram os critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas escolas do município. Ficou proibida a venda de bebidas alcoólicas, balas, pirulitos, gomas de mascar, refrigerantes e sucos artificiais, salgadinhos industrializados, salgadinhos fritos e pipocas industrializadas. No mesmo ano, o Governo Estadual resolveu ampliá-la, tornando-se a Lei Estadual, de nº 12061, de dezembro de 2001 (FLORIANÓPOLIS, 2001).

Após o decreto de regulamentação da Lei Estadual das Cantinas, surgiu o interesse em verificar se estava sendo cumprido nas unidades escolares. Um estudo realizado em 2006 nas escolas de Florianópolis, a fim de realizar um diagnóstico da existência das cantinas em Florianópolis, verificando os alimentos e bebidas comercializadas. Constatou-se que a maioria das unidades não comercializam refrigerantes, pipocas industrializadas e os salgados assados e sucos naturais eram comercializados pela maioria, porém, algumas unidades ainda ofertavam sucos artificiais. Sendo assim, grande parte dos itens proibidos pela Lei, foram totalmente retirados ou reduzidos drasticamente. Foram encontrados alguns alimentos em desacordo com a legislação.

Diante desse cenário, nota-se que, para que haja maior cumprimento da Lei, é de importante fiscalização mais efetiva e que a EAN esteja de forma presente nas

escolas, sendo acolhida e praticada com o apoio da escola, da família e da comunidade (GABRIEL *et al.*, 2010).

Outro aspecto a se destacar é o “Projeto Educando com a Horta Escolar”, uma das ações de EAN implementadas no município de Florianópolis. Criado em maio de 2009, o projeto se mantém em atividade até os dias de hoje. O seu intuito principal foi fazer com que houvesse maior contato entre os estudantes e os elementos da natureza, além de fomentar e incentivar o plantio e alimentação saudável, a responsabilidade de construir e manter a horta. Alunos, pais, professores, funcionários das unidades escolares devem se envolver no cultivo da horta, na colheita e no consumo dos alimentos provenientes desse plantio, fomentando, assim, a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS, 2009).

No contexto educacional, o conteúdo transversal refere-se a conhecimento que atravessa diferentes áreas de estudo. Ele é caracterizado pela integração de diferentes temas, habilidades e valores presentes em um currículo educacional abrangente (ARAÚJO, 2014).

Enquanto as disciplinas tradicionais, como matemática, ciências e história, possuem seus próprios conteúdos e objetivos específicos, o conteúdo transversal aborda questões mais amplas que não se limitam a uma área de conhecimento, mas incluem habilidades socioemocionais, ética, cidadania, meio ambiente, diversidade cultural, saúde, alimentação, direitos humanos e outras temáticas relevantes para a formação integral dos estudantes (WENCESLAU; SILVA, 2017).

Conforme a Carta Constitucional, os objetivos do processo educacional devem estar vinculados ao sistema de participação democrática do cidadão contemporâneo, conectando-o às responsabilidades pessoais e sociais que caracterizam a cidadania, tanto nas relações institucionais quanto nas relações sociais:

A sociedade que se desenha abre espaço para a essencial reflexão acerca do problema ético da responsabilidade pessoal e social, precisamente no terreno da ação, onde o homem se põe à prova como um eu pessoal convocado a tomar consciência de si e de seu mundo, na comunicação intersubjetiva numa comunidade, onde nossos projetos se unem a necessidades reais no esforço de suplantar as alienações que se tecem ao nosso redor. (MORGAN, 2006, p. 4).

O conteúdo transversal desafia a visão fragmentada do conhecimento e promove uma abordagem mais holística da educação. Os problemas do mundo real

são multifacetados e requerem compreensão ampla e integrada. Ao incorporar conteúdos transversais no currículo, as escolas podem ajudar os estudantes a desenvolver habilidades, conhecimentos e atitudes essenciais para se tornarem cidadãos engajados, críticos e conscientes de seu papel na sociedade (LANES, *et al.*, 2014), contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de lidar com os desafios do mundo real, como a alimentação adequada. Além disso, o conteúdo transversal promove o desenvolvimento de habilidades essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas, trabalho em equipe, comunicação eficaz e empatia (ARAÚJO, 2014).

Para Pacheco (2000, p. 01), o currículo deve ser orientado para promover uma educação voltada à cidadania:

Como espaço aberto de construção do percurso das pessoas, a escola pública é um mecanismo complexo que exige não só o questionamento do conhecimento, que a coloca na base dos conflitos, mas também a interrogação sobre os modos de tornar a cidadania num projeto educativo que não esteja continuamente a ser adiado. (PACHECO, 2000, p. 01)

Assim, o direito à saúde e à alimentação adequada podem e devem ser abordados.

Na política curricular adotada no final dos anos 1990, os temas transversais surgiram como mecanismos integradores, desempenhando papel fundamental na superação da fragmentação do conhecimento escolar. Diante da sociedade contemporânea globalizada, esse conhecimento deveria adquirir nova configuração, envolvendo a articulação e combinação de diversos campos do saber (SILVA; PACHECO, 2022).

Hillesheim e Moretti (2020) defendem que existe a necessidade de desenvolver uma abordagem educacional que priorize os aspectos transversais no ensino da geometria durante os primeiros anos do Ensino Fundamental, por meio de uma proposta curricular adequada. Nunes Filho, Moura e Alencar (2019) elucidam que ao introduzir a capoeira como conteúdo transversal, os alunos têm a oportunidade de explorar não apenas os aspectos físicos e motores da prática, mas também sua história, origens e significado cultural. Assim, faz sentido pensar que a horta pedagógica pode apoiar à curricularização das ações de EAN de maneira transversal, bem como acrescentar a discussão o direito à atividade física e lazer.

A abordagem das histórias infantis tradicionais no ambiente escolar, explorando os temas relacionados à alimentação, apresenta uma conexão relevante

com a discussão sobre conteúdo transversal. Dentro do acervo de histórias infantis tradicionais, é possível encontrar diversas situações relacionadas à alimentação que podem ser exploradas no ambiente escolar. O alimento está presente nessas histórias, pois reflete o cotidiano e a importância da comida em nossas vidas. Ao analisar a representação dos alimentos e da comensalidade nessas narrativas, é possível recordar inúmeras histórias tradicionais que trazem esses elementos (BYRNE, NITZKE, 2002; JUZWIAK, 2013).

O conteúdo transversal busca promover uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, conectando os diferentes aspectos da vida e do conhecimento. Ele enfatiza a interdisciplinaridade, proporcionando aos alunos a oportunidade de relacionar e aplicar conceitos, habilidades e atitudes aprendidas em variados contextos.

Ao desenvolver o PPP, a escola pode identificar quais conteúdos transversais são considerados essenciais para a formação dos estudantes e como eles serão abordados ao longo do currículo. Isso envolve a definição de objetivos específicos, a seleção de estratégias pedagógicas adequadas e a criação de oportunidades para sua integração nas práticas educativas (SILVA; PACHECO, 2022).

Conforme incorpora conteúdos transversais, a escola promove formação integral, que vai além do conhecimento disciplinar, abordando questões relevantes para o desenvolvimento dos estudantes. O PPP proporciona a base para a definição e implementação desses conteúdos, garantindo que eles sejam incorporados de forma coerente e significativa na prática educativa da instituição (LANES *et al.*, 2014; SILVA; PACHECO, 2022).

#### 4.1 ATORES ENVOLVIDOS NAS AÇÕES DE EAN

Para a Resolução do CFN de agosto de 2010, somente o nutricionista possuía o papel de realizar as ações de EAN no ambiente escolar. O Marco de EAN, de 2012, trouxe a possibilidade de inserir novos atores na execução dessas práticas, ampliando os atores envolvidos, (BRASIL, 2010; 2012). Com a atualização da Resolução nº6 de 08 de maio de 2020 do PNAE, definiu-se, então, o início da ação coordenada entre o responsável técnico, os profissionais da educação e os nutricionistas para que, em conjunto, construíssem e executassem as ações de EAN (BRASIL, 2020a).

A nota técnica de nº 2810740 publicada em 26 de maio de 2022, elenca os diversos atores envolvidos nas ações de EAN, a saber: os nutricionistas, diretores/coordenadores pedagógicos (gestão escolar), professores, merendeiras(os)/manipuladores(as) de alimentos/cozinheiras (os), agricultores (as) familiares, família/ responsáveis pelos alunos e Membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e apresenta exemplos de ações que podem ser desenvolvidos por eles. (BRASIL, 2022).

A prática de EAN nas escolas é considerada uma tarefa complexa, muito embora atores na comunidade possam desenvolvê-la. De acordo com o PNAE, a comunidade escolar, pais, professores, merendeiras, nutricionistas, coordenação pedagógica, diretores e membros do CAE podem ser atores sociais nas ações de EAN. Esses sujeitos devem intervir de forma direta e motivar as dinâmicas em questão, com o intuito de promover e despertar um novo olhar sobre a alimentação (BOOG, 2011; BRASIL, 2020; CAMPOS *et al.*, 2010).

O Marco de EAN tem se tornando um documento norteador na execução das ações de EAN. Trata-se de um documento abrangente e de linguagem acessível, que aborda a ampla variedade de cenários e formatos para a realização de atividades no ambiente escolar. Essa obra se configura como ferramenta essencial para os diversos atores sociais envolvidos, proporcionando orientação e direcionamento claros (BRASIL, 2012).

A realização de dinâmicas de EAN é complexa e de difícil continuidade, no entanto, a junção de vários atores na execução das atividades de EAN de forma permanente se torna ponto chave para maior sucesso nessas realizações. Um estudo realizado com merendeiras em escolas estaduais em Chapecó (SC) demonstrou que a maioria das participantes gostavam das funções que realizavam, possuíam grande elo afetivo com os escolares, porém, não acreditavam que elas pudessem ter a capacidade de serem mediadoras e educadoras em saúde, por meio de seu instrumento de trabalho. O pouco conhecimento falta de capacitação e a sobrecarga de trabalho não lhes permitiam reconhecer o potencial de seu trabalho relacionado a EAN (TEO *et al.*, 2010). Esses profissionais são de extrema importância para a realização das ações de EAN. Além disso, a exclusão de alguns atores importantes ou a falta de conhecimento e, compromete a sua aplicabilidade.

De acordo com estudos feitos na cidade de Guarulhos no Estado de São Paulo, a maioria das escolas possuíam, em seus PPPs, ações relacionadas à EAN e

as realizavam durante o ano letivo, sendo diretas ou por meio de temas transversais. Porém, alguns temas relacionados à alimentação não eram compreendidos por alguns profissionais (IULIANO *et al.*, 2009). Portanto, é importante destacar que embora as ações estejam descritas e sejam executadas, elas não devem ser realizadas de maneira padronizada, mas de forma didática, os atores envolvidos precisam ter o entendimento da temática para que, assim, os resultados sejam permanentes.

Compreende-se que a realização de EAN requer capacitação específica para que seja realizada com base nos referenciais atuais. Para o Marco de EAN, os atores precisam ser capacitados por meio de uma formação permanente na área. Oriunda do FNDE, deve contemplar uma capacitação coordenada por equipes intersetoriais, com agentes do PNAE e com o apoio dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição (CECANES) para que, assim, a comunidade escolar fique apta a identificar as possíveis ações em discussão e possa desenvolvê-las da forma mais eficaz e de maneira permanente (BRASIL, 2018).

## **5 OBJETIVOS**

### **5.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar as ações de Educação Alimentar e Nutricional presentes nos PPPs das escolas municipais de Florianópolis, à luz do Marco de Referência de Educação Alimentar Nutricional para Políticas Públicas.

### **5.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Descrever a evolução histórica da inserção da EAN em normativas e documentos norteadores relacionados à educação;
- Caracterizar as ações de EAN propostas nos PPPs nas escolas municipais de Florianópolis;
- Relacionar as ações de EAN propostas nos PPPs do município de Florianópolis a partir do conceito e princípios do Marco de Referência de Educação Alimentar Nutricional para Políticas Públicas.

## **6 METODOLOGIA**

### **6.1 INSERÇÃO DO ESTUDO**

Este projeto está inserido na Linha de Pesquisa 1, “Diagnóstico e Intervenção Nutricional em Coletividades”, do Programa de Pós-graduação em Nutrição (PPGN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Faz parte de um estudo de maior extensão, cujo título é “Fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar: ações multidisciplinares e intersetoriais”, vinculado ao Departamento de Nutrição e com a participação de docentes e discentes do Curso de Graduação em Nutrição e do Programa de Pós-graduação em Nutrição da UFSC.

## 6.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A respeito desta pesquisa, trata-se de um estudo exploratório, descritivo de caráter qualitativo por meio de análise documental.

A pesquisa exploratória de modo geral não necessita de uma hipótese pré definida a fim de ser ou não comprovada ao final do estudo (SAMPIERI et al, 2013). Possui como premissa a busca por descobrir novas ideias e informações sobre um determinado assunto, assim familiarizar-se com o objeto de estudo. Geralmente este tipo de estudo envolve situações que fomentem compreensão; levantamento bibliográfico e entrevistas com indivíduos associados à temática estudada (GIL, 2002).

A respeito da pesquisa descritiva, é válido compreender que uma das suas principais características é que o pesquisador deverá possuir o máximo de informações sobre o conteúdo que está sendo pesquisado, sendo capaz descrever os fatos e as situações reais encontradas durante a investigação (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Neste caso, o estudo terá o intuito de descrever as bases curriculares, leis, documentos nacionais e municipais, destacando a sua evolução em relação à temática de EAN.

Em relação à abordagem qualitativa deste trabalho, é importante citar que tem a finalidade de buscar a compreensão dos fatos e aspectos que não podem ser quantificados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Na pesquisa qualitativa, o pesquisador se torna um instrumento-chave, pois desempenha o papel de interpretar o conteúdo investigado, tendo como base a sua experiência pessoal. Além disso, é atribuída a ele a missão de transcrever a interpretação dos dados, escolhendo suas metodologias para que, ao final, consiga apresentar a análise de forma objetiva. Essa interpretação é aprofundada durante toda a pesquisa, algo que é característico da abordagem

qualitativa. Segundo Stake (2011), a prioridade é descrever a situação com a maior riqueza de detalhes possível, tendo sempre, ao longo dessa descrição, a compreensão empática e a preocupação em comparar as interpretações com aquelas que se apresentam na bibliografia, sem deixar de questionar a teoria que está sendo estudada.

Esse tipo de análise normalmente é dividido em dois momentos. Inicialmente, é realizada a organização de todo o material a ser analisado e, na sequência, inicia-se o detalhamento e a identificação da temática a ser estudada, levando em consideração a qualidade, a relevância e a atualidade, buscando sempre correlacionar o conteúdo encontrado e destacado com a realidade proposta (LÜDKE; ANDRE, 2004).

A análise documental se caracteriza pela leitura crítica de uma documentação que, até o momento, não foi pesquisada ou, ainda, a partir de uma releitura de documentação já analisada. Pode-se reexaminá-la em busca de novos resultados ou, ainda, a partir de novas perspectivas e problemas diferenciados. A respeito dessa temática, é pertinente ressaltar que:

[...] Recuperar a palavra “documento” é uma maneira de analisar o conceito e então pensarmos numa definição: “documento: 1. declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2. qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3. arquivo de dados gerado por processadores de texto”. Philips expõe sua visão ao considerar que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6).

Todas estas definições são importantes em uma análise documental. Autores como Cellard (2008) reforçam a importância dos documentos para a pesquisa em ciências sociais ou na esfera das ciências humanas, já que estes constituem uma representação da realidade de um período determinado ou, ainda, os anseios do ser humano.

Outro ponto a se considerar é que o pesquisador, afirma Cellard (2008), não pode, de forma alguma, deter-se apenas na questão do documento em si. É preciso estar atento, também, ao contexto de sua redação ou criação com o intuito de fazer com que os documentos “falem”. Por isso, a escolha de documentos:

[...] consiste em delimitar o universo que será investigado. O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 245).

Deve-se ter em mente que não basta escolher os documentos para analisar, mas é necessário antes elaborar os problemas da pesquisa. As perguntas servem ao pesquisador como “guia” na leitura dos documentos (GONÇALVES, 2019).

Desse modo, “a pesquisa documental consiste num dos principais instrumentos investigativos para a compreensão das políticas e, por essa razão, a necessidade de discutir suas potencialidades e seus limites” (FÁVERO; CENTENARO, 2019, p. 171).

Conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), é preciso esclarecer alguns pontos sobre revisão bibliográfica e análise documental, para entender seu alcance e suas possibilidades de investigação. Ambos têm como base documentos.

A análise documental é um método de escolha e verificação de dados que visa o acesso às fontes pertinentes e faz parte integrante da heurística de investigação. Deve-se muito à História e, sobretudo aos seus métodos críticos de investigação sobre fontes escritas (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI 2009, p. 13).

Em tese, a análise documental busca a captação, análise e compreensão do tema escolhido como eixo principal da pesquisa. Ao se empregar esse método, utilizam-se informações contidas nos documentos, descrevendo-as de forma clara e objetiva.

Ressalta-se que a análise documental se justifica neste estudo pela utilização dos dispositivos legais, PPPs e documentos oficiais de domínio público. Portanto, são acessíveis em páginas de órgão e instituições da área de Educação, como Ministério da Educação, Secretarias de Educação ou Escolas.

### 6.3 ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em três etapas: 1) levantamento de documentos; 2) busca pelos PPPs; 3) análise dos PPPs.

Na primeira etapa, realizou-se levantamento das bases normativas e documentos norteadores sobre a EAN na educação. Em seguida, realizou-se o

contato com escolas de Florianópolis para acesso aos PPP das unidades. Por fim, foi feita a análise dos PPPs categorizando as ações de EAN encontradas e correlacionando-as ao conceito e princípios do Marco de EAN.

#### 6.4 PROCESSO DE COLETA DE DADOS

O levantamento dos documentos foi feito a partir da busca documental e bibliográfica em páginas de órgãos oficiais, das três esferas governamentais. Foram consultadas páginas do Ministério da Educação e Secretarias de Educação durante o segundo semestre de 2021 e foi finalizada no início de 2023.

Inicialmente foi feito o levantamento do documento que regulamenta o sistema educacional no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB). Em seguida buscou-se outros documentos, complementares à LDB, que teriam relação com o tema de estudo, como leis, normativas, notas técnicas e documentos educacionais. Assim, a busca abrangeu o período de 1996, onde foi identificado a principal lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional até a atualidade.

Para a busca dos PPPs, optou-se por amostragem aleatória simples, das escolas dos níveis de educação infantil e fundamental. Considerando a organização da Secretaria Municipal de Educação, Florianópolis possui 125 escolas divididas em 5 regiões (central, norte, sul, leste e continental). Para a composição da amostragem, fez-se um sorteio a partir das escolas listadas. Foi sorteada uma escola de Ensino Infantil e outra de Ensino Fundamental, de cada uma das regiões, totalizando 10 escolas para coleta do PPP, o que possibilitou atender todas as 5 regiões de forma igualitária e nos dois níveis de educação ofertada. Posteriormente as escolas foram categorizadas em Núcleo de Educação Infantil Municipal (NEIM) ou Escola Básica Municipal (EBM) e identificadas em ordem alfabética conforme a região de origem. Foi também realizado um segundo sorteio reserva, em caso de recusa da escola sorteada, no entanto, todas as escolas sorteadas no aceitaram participar da pesquisa.

Para cada uma das escolas sorteadas, solicitou-se o PPP por meio de mensagem eletrônica contendo uma breve apresentação do projeto de pesquisa, além de um anexo como um vídeo de sensibilização.

Em caso de não retorno em 7 dias, realizou-se contato telefônico para reforçar a solicitação. E se após essa segunda tentativa, ainda sem sucesso, foi realizada uma visita a escola.

De posse dos 10 PPPs, observou-se que esses documentos eram recentes, dos anos de 2021 e 2022. Realizou-se a organização, a leitura e análise das ações de EAN encontradas.

## 6.5 ANÁLISE DE DADOS

Com o intuito de analisar as normativas e documentos norteadores nos âmbitos nacional, estadual e municipal, foi feita a leitura de maneira criteriosa (por 3 vezes), de cada documento. Foram identificados aspectos que poderiam estar relacionados à realização, planejamento e avaliação de EAN. Assim, se elaborou um quadro com a documentação descrevendo nome e ano, âmbito de responsabilidade, descrição e aspectos relacionados a EAN. Realizou-se uma linha do tempo organizando, buscando os documentos norteadores em diferentes esferas nacionais, partindo-se da LDB, PCN e as leis e documentos relacionadas a EAN, até o ano de 2023.

Para a análise documental dos PPPs, criou-se uma lista de palavras para auxiliar na localização destas ações, como: saúde, alimentação, alimentos, refeição, horta, frutas, verduras, legumes, higiene, nutrientes, meio ambiente, autonomia, autocuidado, direito à alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional, alimentação adequada, comensalidade, comida de verdade, cultura alimentar, orgânicos, sustentabilidade e sistema alimentar.

Os aspectos relacionados à EAN foram identificados nos PPPs em formato de projetos. Após serem reconhecidos os projetos de EAN realizados nas escolas, verificou-se a semelhança entre alguns projetos mudando apenas a nomenclatura e sendo agrupados na mesma categoria. Em seguida, iniciou-se uma nova etapa desta análise.

Os projetos identificados foram organizados, separados e categorizados de acordo com seu título e descritos as informações de cada projeto: participantes, ações desenvolvidas e objetivos. Desta forma, tornou-se viável associar cada um dos projetos encontrados com os conceitos e os princípios do Marco de EAN.

Para isso, foram destacados os seguintes itens do conceito: campo de conhecimento e prática permanente; transdisciplinar; multiprofissional; Inter setorial; promoção da prática da autonomia e hábitos saudáveis e o uso de metodologia ativa. Concomitantemente, os mesmos projetos foram associados aos nove princípios do Marco de EAN,: I - Sustentabilidade social, ambiental e econômica; II - Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; III - Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; IV - A comida e o alimento como referências: valorização da culinária como prática emancipatória V - Promoção do autocuidado e da autonomia; VI - Educação como processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos; VII - A diversidade nos cenários de prática; VIII – Intersetorialidade e IX - Planejamento, avaliação e monitoramento das ações.

## **7 RESULTADOS**

### **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INSERÇÃO DA EAN EM NORMATIVAS E DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Foram localizados dez documentos, com oito de âmbito nacional e dois de âmbito municipal. Esses dados foram obtidos através de levantamentos realizados até o mês de abril de 2023.

A LDB, aprovada em 1996, é a primeira lei nacional que norteia a base educacional no Brasil. Em 1997, o governo brasileiro criou o PCN, onde se identifica indicativos de ações de EAN, com características de abordagem mais tradicional (BRASIL, 1996; 1997).

Ao longo dos anos é visível uma lacuna entre as décadas de 90 até os anos 2000, quando surge a Lei nº 11.947/2009, inserindo a EAN no currículo. A EAN passa a ser um dos eixos de atuação do PNAE e passa a fazer parte do currículo, abordando a prática de uma alimentação saudável com enfoque na alimentação e nutrição (BRASIL, 2009).

Levando em consideração que os PCN regem a base educacional nacional, o município de Florianópolis criou em 2010 a Diretriz Educacional Pedagógica para Educação Infantil. De forma ampla, contempla diversos temas, demonstrando e

direcionando vários projetos realizados na rede municipal, destacando os projetos relacionados a EAN que são aplicados nas escolas durante o ano letivo e apresentados em formato de relatos, imagens e descrição das atividades de EAN (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS, 2010).

A introdução do Programa Nacional do Livro Didático/QUARTA CAPA, tornou-se uma iniciativa promotora das ações de EAN que ganhou cada vez mais espaço (BRASIL, 2015). Castro *et al*, (2019) destacam a relevância de pesquisas que demonstram a efetividade da alimentação e nutrição nos livros didáticos, buscando descobrir a percepção dos docentes e discentes em relação à promoção da EAN.

Com a necessidade de atualização nas leis e diretrizes educacionais, foi criado a BNCC em 2017, onde a EAN é apresentada ainda de maneira biologistas sem maiores fundamentos e são inseridos os conceitos e ações de EAN atuais e difundidos nos documentos norteadores de ações e implementações (BRASIL, 2017).

A partir de 2018, novas leis auxiliam no processo de valorização e aplicação da EAN. A Lei 13.666 de 2018 define a Inclusão da EAN como tema transversal obrigatório no currículo escolar. A resolução 6 de maio de 2020 apresenta os diferentes temas que podem ser discutidos no ambiente escolar; inseridas nos campos de cultura, da história, geografia, alimentação escolar, utilização da horta como ferramenta pedagógica e em demais ferramentas que possam estimular a aprendizagem da EAN no cotidiano dos alunos (BRASIL, 2018; 2020).

Nesse sentido, faz-se que os envolvidos conheçam as ferramentas e estejam capacitados para introduzi-las no cotidiano escolar. A normativa mais recente é a NOTA TÉCNICA Nº 2810740/2022 /COSAN/CGP AE/DIRAE, que justamente ressalta a importância da capacitação e que os envolvidos na aplicação da EAN estejam envolvidos na estruturação dos PPPs (BRASIL, 2022).

No Quadro 2, são apresentados os principais documentos norteadores relacionados à EAN no campo da educação. No âmbito escolar, existem diversas leis, diretrizes e documentos oficiais que desempenham papel fundamental na orientação, regulamentação e organização da abordagem da EAN. Esses instrumentos legais e normativos têm como objetivo fornecer diretrizes claras e estabelecer direcionamentos para a implementação efetiva da EAN nas escolas. Eles apresentam aspectos como a promoção da alimentação saudável, a incorporação de práticas educativas relacionadas à alimentação e nutrição, a valorização da diversidade cultural e alimentar, além de estabelecer critérios e diretrizes para a oferta de refeições

escolares adequadas e de qualidade. Esses documentos são importantes visam garantir que a EAN seja uma prática consistente, alinhada com os princípios da alimentação saudável e capaz de promover o bem-estar e desenvolvimento integral dos estudantes.

Quadro 2 - Descrição da evolução das principais Leis, normativas e/ou documentos relacionados a EAN.

Lei 9.394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b><u>Ano 1996/ Âmbito Nacional</u></b>	<b><u>Ano 1997/Âmbito Nacional</u></b>
<p><b>Descrição:</b> Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, firmando o dever público com a educação, e o parâmetro educacional comum para todas as unidades educativas, pública ou privada.</p>	<p><b>Descrição:</b> Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisa e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.</p>
<p><b>Aspectos de EAN identificados:</b> Não se identifica uma relação direta com EAN na primeira versão da lei, mas destaca-se, no Artigo 4º, o dever do Estado garantindo: VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Os aspectos citados, podem transpassar à temática de EAN.</p>	<p><b>Aspectos de EAN identificados:</b> Ao analisar os PCNs, observa-se que neste momento a EAN surge inserida, destacada no item; A organização do conhecimento escolar descrevendo então que: " O conjunto de documentos dos Temas Transversais comporta uma primeira parte em que se discute a sua necessidade para que a escola possa cumprir sua função social, os valores mais gerais e unificadores que definem todo o posicionamento relativo às questões que são tratadas nos temas, a justificativa e a conceitualização do tratamento transversal para os temas sociais e um documento específico para cada tema: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, eleitos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal".</p>

Lei 11.947 - Lei da Alimentação Escolar	Diretriz Educacional Pedagógica para Educação Infantil para Florianópolis
<b><u>Ano 2009/Âmbito Nacional</u></b>	<b><u>Ano 2010/ Âmbito Municipal</u></b>
<p><b>Descrição:</b> Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.</p>	<p><b>Descrição:</b> O objetivo deste documento é estabelecer diretrizes para o sistema educacional, no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil, bem como cumpre com a determinação legal da LDB, do Plano Nacional de Educação, sendo assim é apresentado as múltiplas atividades desenvolvidas nas escolas municipais de Florianópolis na base da formação humana.</p>
<p><b>Aspectos de EAN identificados:</b> Com a entrada em vigor desta Lei, a EAN é incluída como um eixo de atuação do PNAE. Sendo assim é válido ressaltar os itens importantes desta lei;</p> <p>a) o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;</p> <p>b) a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;</p> <p>c) participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;</p> <p>d) o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;</p> <p>e) o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.</p>	<p><b>Aspectos de EAN identificados:</b> Ao analisar o documento municipal, é de fácil compreensão e identificação das ações de EAN recomendadas por meio de ações já realizadas na rede. Identificando então na parte II deste documento, são expostos os relatos de experiências das escolas, destacando assim, os seguintes projetos: Nosso mundo, nossa casa; Interação, uma proposta de trabalho pedagógico, onde tudo pode acontecer; e Turma do peixe, nadando à procura de conhecimentos. Através dos relatos e fotos destes projetos, destaca-se algumas atividades apresentadas na Diretriz Educacional Pedagógica para Educação Infantil para Florianópolis de 2010, sendo estas: cultivo da horta escolar, conhecimento dos alimentos regionais, cuidado com o meio ambiente através do plantio de árvores e plantas, o uso e manejo da compostagem e alimentação escolar como projeto e incentivo a escola dos alimentos preferidos de cada aluno.</p>

Diretriz Curricular para educação básica para Florianópolis	DECRETO Nº 9.099 - Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático
<u>Ano 2015/Âmbito Municipal</u>	<u>Ano 2017/Âmbito Nacional</u>
<p><b>Descrição:</b> As Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis têm por finalidade definir os princípios e as concepções basilares para a Educação Básica, assegurando a articulação, e sequencialidade e a organicidade necessárias entre as diferentes etapas e modalidades que a compõem e que são de responsabilidade do município.</p>	<p><b>Descrição:</b> O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País.</p>
<p><b>Aspectos de EAN identificados:</b> Este documento chega com o propósito de exemplificar e organizar as diretrizes para a educação básica no município com base nas diretrizes e leis nacionais, percebe-se a temática de EAN de forma muito discreta, pouco visível e sem destaque, mesmo sendo um documento mais recente e após leis e diretrizes que assegurem a presença do tema, nesse documento não há um aprofundamento e nem detalhamento do tratamento que a temática de EAN deve ocupar no currículo escolar.</p>	<p><b>Aspectos de EAN identificados:</b> Inclusão da EAN nos livros didáticos surge com a proposta de inclusão de temas como; a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas escolas e a Política de Alimentação e Nutrição. Essa iniciativa se dá através da inserção de imagens sobre alimentação saudável na quarta capa dos livros didáticos, visando um olhar e uma atenção maior a EAN e estimulando a um debate maior sobre o tema.</p>

Base Nacional Comum Curricular	Lei 13.666 - Inclui o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar
<u>Ano 2017/Âmbito Nacional</u>	<u>Ano 2018/ Âmbito Nacional</u>
<p><b>Descrição:</b> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).</p>	<p><b>Descrição:</b> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.</p>
<p><b>Aspectos de EAN identificados:</b> Este documento norteador do currículo escolar brasileira, apresenta a EAN como tema transversal, ainda de uma maneira biológica, apresentadas no capítulo 4.3. na área de ciências da natureza, descreve que: "Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial. Entendendo as condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. Destacando assim na temática vida e evolução, o estudo sobre a nutrição do organismo, hábitos alimentares e integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório".</p>	<p><b>Aspectos de EAN identificados:</b> A partir dessa Lei, define-se que: "A educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais de que trata o caput", desta forma a EAN começa a fazer parte do currículo escolar, reconhecendo-a como tema transversal, tornando conteúdo transversal obrigatório no currículo de escolas públicas e privadas.</p>

Resolução nº 6 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE	NOTA TÉCNICA Nº 2810740/COSAN/CGP AE/DIRAE-Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação
Ano 2020/Âmbito Nacional	Ano 2022/ Âmbito Nacional
<p><b>Descrição:</b> Reconhece EAN como tema transversal, integrando ao currículo escolar, os atores sociais e possibilidades de atuação.</p>	<p><b>Descrição:</b> A fim de fomentar a educação alimentar e nutricional (EAN) no âmbito escolar, uma das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN), da Coordenação Geral do PNAE (CGPAE), no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) esclarece quem são os atores sociais da EAN e as suas possibilidades de atuação de acordo com as leis e documentos referência sobre esta temática.</p>
<p><b>Aspectos de EAN identificados:</b> Reconhecido como tema transversal e integrando o currículo escolar, esta resolução cita dos diferentes temas que a EAN pode ser discutida no ambiente escolar, destaca-se então: § 1º Para fins do PNAE, considera-se EAN o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo; § 2º Em termos de transversalidade curricular e de transdisciplinaridade, as ações de EAN podem se valer dos diferentes saberes e temas relacionados à alimentação, nos campos da cultura, da história, da geografia, dentre outros, para que os alimentos e a alimentação sejam conteúdo de aprendizado específico e também recurso para aprendizagem de diferentes temas. Assim, as ações de EAN devem utilizar o alimento, a alimentação escolar e/ou a horta escolar como ferramenta pedagógica, quando couber. § 3º Deve-se observar os seguintes princípios no processo de ensino e aprendizagem das ações de preconizadas pelos nove princípios do marco de EAN e 4º As ações de educação alimentar e nutricional devem ser planejadas, executadas e documentadas.</p>	<p><b>Aspectos de EAN identificados:</b> Esta norma técnica destaca as principais leis e documentos relacionadas à EAN, sua importância na prática diária dos escolares, com foco na inclusão da EAN no programa PNAE, sendo estes: Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009); Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020 (BRASIL, 2020); Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014); Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos (Ministério da Saúde, 2019); Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes (Edições UFC, 2018).; Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012); Portaria Interministerial Nº 1.010, de 08 de maio de 2006 (BRASIL, 2006); Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018 (BRASIL, 2018). Fomentando a importância e a necessidade de capacitação dos atores envolvidos nos projetos de EAN e que estes participem ativamente na elaboração dos PPPs contribuindo assim para um maior sucesso na efetividade desses projetos.</p>

Fonte: BRASIL (1996,1997, 2009, 2012, 2017, 2018, 2020, 2022); SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2010, 2015).

### 7.1 Análise dos PPPs de escolas municipais de Florianópolis a luz do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional.

Para compreender como a EAN é incorporada nas escolas, é importante analisar as características dos PPPs. Essas características abrangem desde a inclusão da EAN nos objetivos e conteúdos curriculares até a articulação com a comunidade escolar e a promoção de práticas alimentares sustentáveis. Destaca-se o impacto na formação de hábitos saudáveis e na promoção da saúde dos estudantes segundo os principais aspectos das escolas em relação à EAN.

O Quadro 3 apresenta as principais características das escolas municipais de Florianópolis que participaram do estudo. São destacadas informações como o nível de ensino, região, número de alunos matriculados, número de professores e projetos desenvolvidos. Esses dados são relevantes para compreender o contexto e a abrangência das ações de EAN nas escolas. Os projetos de EAN são fundamentais e englobam uma variedade de atividades e estratégias para promover uma alimentação saudável e desenvolver a consciência alimentar dos alunos.

Os resultados são de escolas de Ensino Infantil e Fundamental das cinco regiões do município. Foram identificadas 2 escolas de pequeno porte, 3 de médio e 5 de grande porte. Há uma variação de 15 a 58 professores nas escolas, representando uma relação de 1 professor para cada 7 a 18 alunos. Os temas mais abordados nos PPPs das escolas são sobre horta escolar (Horta escolar/Horta e sustentabilidade/Educando com a horta) com 7 projetos encontrados, seguido de alimentação (Alimentação/Refeitório/Refeições) com 4 projetos encontrados e a disciplina ciências da natureza com 1 projeto encontrado.

Quadro 3 - Características das escolas de Florianópolis, de acordo com a análise documental dos PPPs do ano de 2021 a 2022, realizadas no ano de 2023.

<b>Nível de ensino da unidade escolar</b>	<b>Região</b>	<b>Alunos</b>	<b>Professores</b>	<b>Projetos de EAN</b>
NEIM (a)	Central	100	15	Horta e sustentabilidade; e projeto alimentação
NEIM (b)	Norte	224	21	Horta escolar e projeto refeitório
NEIM (c)	Leste	255	15	Horta escolar e projeto refeitório
NEIM (d)	Sul	268	22	Projeto alimentação
NEIM (e)	Continente	176	18	Horta escolar
EBM (a)	Central	532	55	Disciplina: ciências da natureza.
EBM (b)	Norte	660	36	Horta escolar em parceria com a Comcap
EBM (c)	Leste	538	49	Horta escolar
EBM (d)	Sul	515	46	Sem informação
EBM (e)	Continente	512	58	Educando com a horta escolar

NEIM: Núcleo de Educação Infantil Municipal.

EBM: Escola Básica Municipal

A seguir, as informações relativas aos projetos de EAN encontrados na análise dos PPPs. No Quadro 3 estão os projetos encontrados, suas descrições de acordo com as seguintes subdivisões: participantes, objetivo e ações desenvolvidas.

Quadro 4 - Descrição dos projetos de EAN encontrados na análise documental dos PPPs, realizada no ano de 2022.

Projetos de EAN	Descrição
Horta escolar/Horta e sustentabilidade/Educando com a horta	<p><b>Participantes:</b> alunos, pais e funcionários.</p> <p><b>Objetivo:</b> estreitar a relação entre família e escola e fortalecer o vínculo. Estimular os alunos, seus familiares e a comunidade a aprender novos conceitos, mediado através de experiências que possibilitam o interesse em conhecer. Integrar ao processo pedagógico ações como o plantio de novas espécies, (árvores, verduras, legumes, ervas e frutos), enriquecendo as atividades desenvolvidas, permitindo a todos os envolvidos refletirem sobre alimentação, saúde, nutrição, meio ambiente e qualidade de vida.</p> <p><b>Ações desenvolvidas:</b> manutenção e cuidado da horta escolar.</p>
Alimentação/Refeitório/Refeições	<p><b>Participantes:</b> alunos, professores e merendeiras.</p> <p><b>Objetivo:</b> partilhar alimentos entre colegas; aprender a se alimentar com autonomia; adquirir hábitos de higiene que preservam a boa saúde e evitar o desperdício.</p> <p><b>Ações desenvolvidas:</b> durante o momento da alimentação escolar os alunos são incentivados a provar novos alimentos sendo orientados sobre a importância de cada grupo alimentar valorizando a cultura local.</p>
Disciplina ciências da natureza	<p><b>Participantes:</b> alunos e professores</p> <p><b>Objetivo:</b> discutir os seguintes temas: Saúde - higiene e alimentação saudável; Relações alimentares entre os seres vivos: cadeia alimentar; Alimentos; Nutrição do corpo humano; Digestão dos alimentos.</p> <p><b>Ações desenvolvidas:</b> abordagem teórica em sala de aula através das disciplinas de ciências.</p>

O Quadro 5 apresenta a relação dos projetos encontrados nos PPPs analisados com o conceito de EAN e os princípios apresentados no Marco de Referência de EAN. Cada projeto foi relacionado ao conceito de EAN sendo subdividido nos seguintes itens: Campo de conhecimento e prática permanente, Transdisciplinar, Multiprofissional, Promoção da prática da autonomia e hábitos saudáveis e o Uso da metodologia ativa. Sucessivamente os mesmos foram correlacionados com os princípios do marco de EAN sendo encontrados as associações com os seguintes princípios: I - Sustentabilidade social, ambiental e econômica; II - Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; III - Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; V - A Promoção do autocuidado e da autonomia e VI - A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos. No entanto alguns princípios do Marco de EAN não puderam ser contemplados, sendo estes; IV- A comida e o alimento como referências: valorização da culinária como prática emancipatória; VIII- Intersetorialidade e o IX- Planejamento, avaliação e monitoramento das ações.

Quadro 5 - Descrição da relação entre o conceito de EAN e os Princípios de EAN encontrados na análise dos PPPs.

Projeto	Conceito de EAN	Princípios do Marco de EAN
<p><b>Horta escolar/Horta e sustentabilidade/ Educando com a horta</b></p>	<p>- <b>Campo de conhecimento e prática permanente:</b> a manutenção e o cultivo da horta ocorrem durante todo o ano, sendo assim uma ferramenta do cotidiano da comunidade escolar.</p> <p>- <b>Transdisciplinar:</b> a utilização do alimento para o próprio consumo e além disso, estimula e cultiva o plantio de árvores e diversas espécies utilizando a horta não somente para o cultivo alimentar, mas também indo além e incentivando o plantio e cuidado com a natureza.</p> <p>- <b>Multiprofissional:</b> com o envolvimento de vários profissionais como; professores, auxiliar de sala, merendeiras, pais e a comunidade escolar e com a participação da comunidade</p> <p>- <b>Promoção da prática da autonomia e hábitos saudáveis:</b> ao demonstrar a diversidade de alimentos cultivados e seu processo de cultivo, promove o conhecimento dos alimentos,</p>	<p><b>I - Sustentabilidade social, ambiental e econômica;</b> ao associar este princípio o projeto desenvolve metodologias de cultivo de maneira mais consciente, integrando os atores ali envolvidos em busca de um objetivo em comum, o manejo e cultivo de alimentos saudáveis que supram as necessidades da população local, fomentando assim o fácil acesso dos mesmos aos bens cultivados.</p> <p><b>II - Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade;</b> neste sentido ao realizar o projeto, cada etapa possui um ensinamento, não é apenas um cultivo e uma colheita final, o manejo da terra, o cuidado durante todo o cultivo é fundamental. Levando em consideração o resultado final, o consumo do alimento em si, métodos de consumo e ainda um ponto chave que é a sua utilização por completo, utilizando partes finais dos alimentos como subsídio e adubo natural para a hora.</p>

	<p>estimulando os alunos a consumirem e provarem novos alimentos de maneira independente.</p> <p><b>- Uso de metodologia ativa:</b> o projeto acontece com a participação ativa de todos, desde manejo da terra antes do plantio até no momento da colheita, desta forma é realizada a interação com o meio ambiente e aproximação com dos alunos com os alimentos.</p>	<p><b>III - Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas;</b> a respeito deste princípio, é fundamental que os alimentos cultivados na horta escolar sejam alimentos consumidos na localidade, respeitando a cultura local onde está inserida, desta forma fortalecendo os alimentos regionais e assegurando a cultura local. Cada região possui uma característica alimentar específica e esta deve estar inserida no dia a dia da comunidade, lembrando também que é fundamental que esse cultivo supra até mesmo algumas necessidades específicas.</p> <p><b>VI - A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos;</b> de fato o plantio envolve diversas questões educativas, a forma como está sendo efetuada o cultivo de alimentos selecionados para o plantio, o tempo em que cada alimento leva para se desenvolver, ao participar de todo este</p>
--	---	--

		<p>processo os alunos devem ser estimulados a conhecer os benefícios dos bens cultivados, é um processo contínuo, da mesma forma que os preparam para terem autonomia na escolha e no consumo destes, sendo uma ferramenta promissora de EAN.</p> <p><b>VII- A Diversidade de Cenário de prática;</b> O cultivo e a manutenção da horta escolar realizados fora da sala de aula é uma atividade de EAN promissora que utiliza o espaço escolar, indo além do aprendizado restrito a sala de aula, mudando de espaço físico e diversificando o cenário de aprendizagem.</p>
<p><b>Alimentação/ Refeitório/Refeições</b></p>	<p>- <b>Campo de conhecimento e prática permanente:</b> realizando de maneira constante, principalmente nos cafés da manhã/tarde e durante os almoços, fazendo parte da rotina diária dos alunos e sendo mais um momento de aprendizagem.</p> <p>- <b>Multiprofissional:</b> vários atores fazem parte deste projeto, alunos, professores e merendeiras.</p>	<p><b>III - Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas;</b> as diretrizes do PNAE, orientam que sejam valorizadas a cultura alimentar regional, assim como o produtor local. Sendo assim, quando este projeto é realizado através da alimentação ofertada pelo PNAE. É fundamental que as preparações ali ofertadas sejam</p>

	<p><b>- Promoção da prática da autonomia e de hábitos saudáveis:</b> ao dispor os alimentos em um buffet organizado e após a conversa sobre os alimentos saudáveis e diversas formas de preparo, os alunos são estimulados e têm a liberdade de escolher os alimentos os quais irão consumir.</p>	<p>de acordo com a realidade local e sua cultura, a apresentação das preparações das refeições, sendo assim os cardápios escolares devem ser elaborados com base nessa realidade regional. O estímulo a consumir os mais variados alimentos através do direito de escolha ao montar seus pratos, ou escolherem as frutas as quais irão consumir, gera autonomia aos alunos.</p> <p><b>IV - A comida e o alimento como referências; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória;</b> a aproximação dos alunos com os alimentos geram uma certa afinidade, sendo assim ao realizar um projeto o qual o aluno conheça, toque, misture ou realize alguma outra etapa de pré-preparo das suas refeições, acaba tendo o resultado positivo na aceitação e na melhora das escolhas alimentares, além de despertar mais autonomia na hora da alimentação, conhecendo e valorizando os alimentos saudáveis e que fazem parte do seu dia a dia.</p> <p><b>V - A Promoção do autocuidado e da autonomia;</b> conhecendo e provando os alimentos aos alunos</p>
--	---	---

		<p>começam a entender a importância do consumo de alimentos mais saudáveis, sendo assim é importante que não sejam somente ofertados alimentos saudáveis e sim que haja o entendimento nos benefícios encontrados ao consumi-los, assim tornando os alunos, seres críticos que conseguem fazer as melhores escolhas, relacionando-as a sua saúde.</p> <p><b>VII- A Diversidade de Cenário de prática;</b> ao associar este princípio, nota-se a abordagem da EAN por meio de uma atividade fora da sala de aula, utilizando um espaço de convivência entre os alunos e incorporando a EAN através da alimentação escolar, diversificando o ambiente em que estas atividades podem ser incorporadas.</p>
<p><b>Disciplina ciências da natureza</b></p>	<p>- <b>Campo de conhecimento e prática permanente:</b> o tema EAN é abordado em sala de aula, durante todo o ano letivo, assim está inserido de forma rotineira dentro da sala de aula, fomentando o conhecimento dos alunos.</p>	<p><b>II - Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade;</b> ao abordar os meios e cadeia alimentar de maneira transversal nas disciplinas em sala de aula, os alunos são apresentados de como é realizada esta dinâmica, desde o cultivo inicial até a etapa final e até a chegada do alimento a mesa,</p>

	<p>- <b>Transdisciplinar:</b> a temática abordada em diversas disciplinas, sendo adequada a realidade de cada uma delas, assim o conhecimento se conecta e é demonstrado em momentos diversos.</p> <p>- <b>Intersetorial:</b> neste cenário a EAN abordada em sala de aula além de ser apresentada pelo professor, pode ser conduzida por profissionais da área da saúde, como nutricionistas, enfermeiros que em alguns momentos realizam palestras dentro da sala de aula</p> <p>- <b>Multiprofissional:</b> vários atores fazem parte deste projeto, alunos, professores, nutricionistas, enfermeiros e dentistas.</p> <p>- <b>Promoção da prática de hábitos saudáveis:</b> focando um pouco mais na saúde e no corpo humano, faz se presente a importância dos nutrientes e da alimentação saudável.</p>	<p>ensinando assim as práticas mais comuns relacionada aos alimentos, geração de resíduos e impactos e etapas da agricultura.</p> <p><b>V - A Promoção do autocuidado e da autonomia;</b> a temática ofertada, sobre o corpo humano, conhecendo os principais nutrientes, doenças que interferem em sua saúde, fazem com que os alunos reflitam como cuidar de seu corpo, zelando por ele, ainda sendo uma abordagem mais biológica sobre EAN.</p>
--	---	--

Fonte: BRASIL (2012).

## 8 DISCUSSÃO

O presente estudo apresentou uma análise da abordagem da EAN para a sua realização no âmbito escolar. Durante essa análise identificou-se a EAN em formato de projetos, elaborados e executados na maioria das escolas pesquisadas. As metodologias utilizadas contemplaram o conceito e diversos princípios preconizados pelo Marco de EAN.

A partir desse estudo, espera-se contribuir para uma compreensão mais abrangente e embasada sobre o desenvolvimento da EAN na rede pública de ensino de Florianópolis-SC, fornecendo subsídios valiosos para aprimorar e fortalecer as práticas educativas relacionadas à alimentação e nutrição nas escolas.

### 8.1 LINHA DO TEMPO DE DIRETRIZES/LEIS E DOCUMENTOS OFICIAIS CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS

Conforme Recine, Bandeira, Pereira e Castro (2021), a alimentação e nutrição são requisitos fundamentais para a promoção e proteção da saúde. Ademais, são considerados atributos consignados no artigo de nº 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de forma que compete ao Estado assegurar a todos o direito à alimentação adequada (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Assim, é importante ressaltar que a Constituição Federal garante aos cidadãos diversos direitos, como o acesso à educação, assistência aos desamparados, proteção à maternidade e à infância, alimentação, alimentação escolar, moradia, lazer e segurança (BRASIL, 1988). No Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), art. 4º, consta que é dever da família, da comunidade e do poder público assegurar os direitos que se relacionam com a vida, saúde e alimentação.

Nesse sentido, em 2010, por meio da Emenda Constitucional n. 64/2010, foi incluído a alimentação como - direito inerente ao cidadão. Desta forma, enfatizou a obrigatoriedade do Estado no que diz respeito ao acesso à alimentação adequada, em quantidade e qualidade, de forma contínua e permanente, respeitando seus aspectos sociais, ambientais, culturais e econômico, tudo isso sendo realizado de maneira sustentável (BRASIL, 2010a).

Para o cumprimento da constituição, são necessárias políticas públicas articuladas e bem consolidadas (BRASIL, 2013). Ao longo das últimas décadas, o governo brasileiro tem desenvolvido uma série de ações e políticas que se voltam para

a concretização do DHAA (BRASIL,2006, 2009, 2010a, 2012, 2018). Dentro do escopo de políticas públicas, a EAN aparece como uma ferramenta, mundialmente reconhecida, nas políticas sobre alimentação e nutrição (BRASIL 2009, BRASIL 2010a, BRASIL 2012b, WHO 2015, PAREJA SIERRA 2018, WHO 2018).

As correlações necessárias para EAN têm se mostrado complexas perante a abordagem que ocupa nos contextos político, econômico e também ambiental. Políticas como o PFZ e o PSE, decorrem de eixos correlacionados que se voltam para o acesso aos alimentos, bem como ao fortalecimento de uma agricultura de base familiar, cujo enfoque preconiza, além da necessidade de que os alimentos sejam de qualidade, que estejam disponíveis em boas condições, de forma permanente. Entretanto, ao longo do desenvolvimento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), foi possível visualizar uma evolução na agenda de alimentação e nutrição, tanto no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) como em suas diversas correlações a outras áreas de Governo (RECINE, et al., 2021).

A trajetória de documentos norteadores e legislações que abordam a EAN no Brasil são de grande relevância para o entendimento do panorama atual da situação da EAN e particularmente no âmbito escolar. Para tanto, a fim de construir a fundamentação desse trabalho, fundamentou-se em documentos que tratam da base legal para educação no Brasil, passando por parâmetros para os currículos escolares, documentos e leis complementares que abordam desde o conceito de EAN até a sua implementação nas escolas.

Desde os anos 1990, pode-se identificar diversas normativas que impulsionam a EAN. Inicialmente, há a LDB, que estabelece premissas básicas para a educação, abrindo caminho para a inclusão da EAN nas práticas educacionais. Em seguida, destacam-se os PCN, que apresentam indicativos de ações de EAN, embora de forma mais convencional. Essas normativas fornecem direcionamentos importantes para a promoção da EAN nas escolas, como a incorporação de conteúdos relacionados à alimentação saudável nos currículos, a valorização da cultura alimentar local e a conscientização sobre os impactos da alimentação no meio ambiente. Tais orientações contribuem para a criação de um ambiente educacional que estimula práticas alimentares conscientes e saudáveis entre os estudantes (BRASIL,1996,1997).

Nos anos 2000, novas políticas públicas, leis e documentos surgem destacando a importância da realização de EAN e indicando meios de realizá-las, são

normativas atreladas ao PNAE, e a publicação do Marco de EAN (BRASIL, 2009, 2012b).

No âmbito do PNAE há uma série de legislações que convergem para a EAN. O programa possui o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos de toda a Educação Básica Pública. Isso se dá por meio de ações de EAN e da oferta de refeições que possam sanar as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2020). Além disso, o programa propõe o debate de dimensões econômicas, sociais e culturais dos alimentos e aspectos nutricionais dentro e fora das escolas, por ações de EAN (SILVA; MONEGO; SOUSA; ALMEIDA, 2018; PEDRAZA; MELO; SILVA; ARAUJO, 2018), e tem se destacado como uma política pública educacional de grande longevidade em relação ao assunto segurança alimentar e nutricional (CASTRO et al., 2019).

Com a Lei nº 11.947 de 2009, houve vários avanços para o PNAE, sendo ampliada a cobertura deste programa a todos os estudantes da Rede Pública da Educação Básica, inclusive na Educação Especial, Escolas Comunitárias e Confessionais e as Filantrópicas. Além disso, inclui-se as Escolas Federais. Tendo em vista essa abordagem, é essencial frisar que esta lei instituiu a obrigatoriedade de adquirir, no mínimo 30%, de alimentos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar, aspecto que faz com que tal dispositivo complemente a efetivação do direito dos estudantes à alimentação adequada e saudável (CASTRO et al., 2019).

Diretrizes preconizadas pelo PNAE, alterado pela Lei nº 11.947 de 2009, em seu art. 4º, voltam-se para o desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes, inserindo-se a formação de hábitos alimentares saudáveis como elementos fundamentais (MARIANA et al., 2021). Essa abordagem implica a oferta de refeições saudáveis, mas sobretudo a necessidade de ações de EAN.

Quando se volta para análise de documentos municipais, o documento intitulado de Diretriz Educacional Pedagógica para Educação Infantil para Florianópolis descreve com relatos e imagens, diferentes ações de EAN realizadas na rede, aplicando-a através de uma metodologia ativa, de diversas maneiras e com uma grande interação entre os alunos. Demonstrando um avanço nas ações de responsabilidade da rede municipal de educação, visto que as recomendações de ações ativas e inclusivas são destacadas no Marco de EAN. Entretanto em uma nova

atualização deste documento, notou-se uma mudança no padrão do documento, com apenas pequenas imagens as quais poderiam estar relacionadas às ações de EAN. Percebeu-se assim um retrocesso quanto a versão anterior, não há um aprofundamento nem detalhamento da temática de EAN no currículo e cotidiano escolar (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2010, 2015).

Seguindo um percurso histórico relacionado com as ações de EAN, é possível verificar que, a partir de 2016, pensando em promover ações de uma alimentação saudável no cotidiano dos estudantes, a quarta capa dos livros didáticos passou a veicular mensagens com ênfase na alimentação saudável como proposta de complementação. Tal iniciativa vai de encontro com as premissas do Marco de EAN, apresentando a alimentação adequada e saudável no cotidiano dos alunos e lhes permitindo uma maior construção coletiva sobre alimentação. (BRASIL, 2012, 2016; CASTRO, *et al.*, 2021).

No entanto, em alguns momentos ainda se observa certa dificuldade sobre como aplicá-la. Um exemplo disso é a BNCC, introduzida em 2017, que aborda a EAN com elementos tradicionais semelhantes aos das décadas de 90. Essa abordagem tradicional pode limitar o potencial da EAN em explorar abordagens mais inovadoras e abrangentes, como a valorização da cultura alimentar local, a promoção da alimentação sustentável e a educação crítica sobre os sistemas alimentares. No entanto, é importante reconhecer que a BNCC ainda estabelece diretrizes valiosas para a incorporação nos currículos escolares, como a inclusão de conteúdos relacionados à alimentação saudável e à conscientização sobre a importância da nutrição adequada (BRASIL, 2017).

Há ainda as diretrizes de alimentação adequada e saudável, por meio da Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006, da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018 (que altera a LDB e inclui a EAN como tema transversal no currículo escolar), Resolução nº6 de maio de 2020 e da Nota Técnica Nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE, a importância da abordagem da alimentação vinculada ao processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2006; Brasil, 2009; Brasil, 2018; Brasil, 2020; Brasil, 2022).

Dessa forma, a Resolução CD/FNDE nº 6 de maio de 2020, define questões relevantes acerca da EAN em seu art. 14º, explicitando princípios como a responsabilidade conjunta das diversas esferas da Gestão Pública com a necessidade da atuação coordenada por profissionais da educação e da nutrição. Enfatiza-se a

inclusão da EAN no processo de ensino e de aprendizagem como uma abordagem transversal do currículo escolar, propiciando práticas e habilidades dessa área que promovam o modo de vida saudável (BRASIL, 2020).

O FNDE publicou orientações sobre diversos atores de EAN, destacando os nutricionistas, gestores educacionais, manipuladores de alimentos, professores, agricultores, familiares e o CAE desempenham papéis fundamentais, que podem contribuir para a realização e planejamento das atividades relacionadas à EAN nas escolas (BRASIL, 2022).

Assim, as legislações que dão suporte ao programa escolar e as ações de EAN perpassam a construção de conceitos e a compreensão da alimentação como um direito humano, visando a fomentar nos estudantes um novo olhar sobre a alimentação.

A respeito do Plano Plurianual de 2020 a 2023, estabelecido pela Lei nº 13.971 de 2019, FNDE, Mariana *et al.* (2021) expõem que este documento exemplifica a inclusão de metas anuais progressivas para o apoio técnico em ações de inserção das estratégias de EAN em currículos escolares.

Com a análise da evolução histórica da inserção da EAN em normativas e documentos, foi possível notar como a EAN se tornou uma agenda e se traduziu em documentos para sua realização e aplicabilidade no cotidiano escolar. No entanto, é necessário destacar que somente esses documentos não são o suficiente para a implementação. São necessárias formação e capacitação de professores, recursos e materiais educativos adequados, parcerias e envolvimento da comunidade, entre outros (BRASIL, 2012b).

Sipioni *et al.* (2021), ao investigarem as percepções de professores da educação básica sobre as ações EAN, perceberam que eles possuíam muito interesse pela alimentação saudável, no entanto, não possuíam qualificação para abordar a temática nas escolas. A formação pedagógica ofertada aos professores durante a graduação não fornece embasamento teórico sobre alimentação, desta forma, não há um entendimento sobre o tema e sua inserção no ambiente escolar, reforçando assim a necessidade de capacitação destes professores (HALMANN, 2020).

É fundamental destacar a importância de maior interação entre os agentes dos setores educacionais, não se limitando apenas aos professores, mas também envolvendo secretarias e gestores educacionais. Tal interação pode garantir que as normativas relacionadas à EAN sigam uma linha contínua, evitando rupturas,

retrocessos e definições ultrapassadas. Ao estabelecer uma colaboração efetiva, é possível promover uma abordagem consistente e atualizada da EAN nas políticas educacionais, garantindo sua aplicação e impacto positivo no ambiente escolar.

## 8.2 DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE EAN ENCONTRADOS NA ANÁLISE DOS PPPS

Foram analisadas escolas de todos os portes (pequeno, médio e grande) e destaca-se que, segundo Carmo e Barroso (2018) os estudantes de escolas de pequeno porte tendem a desenvolver maior potencial de aprendizagem, levando em consideração o estreitamento entre a relação com os colegas e professores e criando uma relação afetiva mais próxima. Em um outro estudo nesta mesma linha, evidenciou-se que as instituições de pequeno porte possuem menores taxas de reprovação e abandono, enquanto têm maior rendimento escolar, quando comparadas às escolas de médio e grande porte (FERREIRA; OLIVEIRA, 2018).

De acordo com a Lei estadual complementar de nº 170, de 07 de agosto de 1998, Art. 82 cap. VII, fica estabelecido que o número máximo de alunos dentro da sala de aula são de até 15 alunos no ensino infantil, até 30 no ensino fundamental e no máximo 40 no ensino médio (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, 1998). A relação identificada no presente estudo foi de 1 professor para cada 7 a 18 alunos em sala de aula, capacidade próximo dos limites estabelecidos por lei, possibilitando assim a execução nas ações voltadas à temática de EAN.

Com relação às análises dos PPPs das escolas, identificaram-se projetos de EAN tendo como temas a Alimentação/Refeitório/Refeições; a Horta escolar/Horta e sustentabilidade/ Educando com a horta; e a disciplina Ciências da Natureza, detalhadas a seguir. O PPP pode prever a realização de campanhas educativas, palestras e eventos que abordem temas como a importância da alimentação adequada, a valorização da cultura alimentar local e a conscientização sobre os impactos da alimentação no meio ambiente. Ao integrar a EAN no PPP, a escola demonstra seu compromisso em oferecer uma educação abrangente e voltada para o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo a saúde, o bem-estar e a formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação à alimentação. A inserção das ações e/ou projetos de EAN nos PPPs das escolas é de extrema

importância e de grande valia, aumentando as chances de que as ações já pré-estabelecidas sejam executadas ao longo do ano letivo, proporcionando um maior sucesso nas ações de EAN implementadas nas escolas (Florintino *et al.*, 2023).

### 8.2.1 Alimentação/Refeitório/Refeições

Nos resultados do presente trabalho, o projeto Alimentação/Refeitório /Refeições é uma iniciativa que busca promover uma alimentação saudável e consciente dentro do ambiente escolar, especialmente no refeitório. Este projeto é da própria rede municipal de Florianópolis o objetivo principal desse projeto é proporcionar aos estudantes um ambiente propício para fazer escolhas alimentares adequadas e desenvolver hábitos saudáveis relacionados à alimentação.

O refeitório escolar é transformado em um espaço educativo, acolhedor e inclusivo, onde os alunos são estimulados a refletir sobre a importância de uma alimentação equilibrada e a compreender a relação entre os alimentos e sua saúde. Através de diversas estratégias, como conversas, palestras, oficinas de culinária e atividades práticas, os estudantes são capacitados a fazer escolhas informadas e conscientes em relação aos alimentos que irão consumir (GOMES; FONSECA, 2018).

O projeto também busca incluir no cardápio alimentos típicos da região em que a escola está inserida, levando em consideração a diversidade e a riqueza da culinária local. Uma das diretrizes do PNAE é a valorização da cultura alimentar regional, ou seja, o reconhecimento e a promoção dos alimentos e práticas culinárias tradicionais de cada região do país. Essa abordagem valoriza a identidade cultural da comunidade escolar, promovendo uma conexão entre os estudantes e os alimentos tradicionais da sua região (BRASIL, 2003).

O PNAE destaca a importância de priorizar a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar e de empreendimentos locais, fortalecendo a economia local e incentivando práticas mais sustentáveis de produção de alimentos. Dessa forma, o projeto busca estabelecer parcerias com os produtores da região, promovendo a valorização do produtor local e contribuindo para o desenvolvimento da economia regional (BRASIL, 2003).

Essa abordagem tem o potencial de fortalecer os laços entre a comunidade escolar, os alimentos tradicionais da região e fomentar a agricultura familiar, estimulando o consumo consciente e sustentável, e gerando um impacto positivo não

apenas na alimentação dos alunos, mas também na economia e na preservação da cultura local.

De acordo com a exposição de Issa *et al.* (2014), a alimentação escolar visa a oferta de aporte nutricional que tenha foco em contribuir para o crescimento biopsicossocial e o pleno exercício das aptidões dos estudantes. Isso faz com que o processo de ensino e aprendizagem possa ampliar seu enfoque em ensinar a produzir e a consumir alimentos diversos.

Uma das características centrais desse projeto é a promoção da autonomia dos alunos na hora de escolher, partilhar e conhecer os alimentos. O refeitório oferece opções saudáveis e diversificadas, permitindo que os estudantes tenham liberdade para montar seus pratos de acordo com suas preferências e necessidades individuais. Essa abordagem incentiva a responsabilidade e a consciência em relação à alimentação, possibilitando que os alunos tenham uma participação ativa em sua própria saúde e bem-estar.

A promoção do autocuidado e da autonomia é um elemento fundamental na EAN. É importante capacitar os indivíduos para que possam tomar decisões informadas sobre sua alimentação, desenvolver habilidades práticas e adotar comportamentos saudáveis de forma autônoma (ÁVILA, et al., 2019).

Na promoção do autocuidado, os alunos são incentivados a adotar uma postura proativa em relação à sua saúde, tornando-se conscientes dos alimentos que consomem e de como esses alimentos impactam sua qualidade de vida. Outrossim, a promoção da autonomia na EAN prepara os alunos para fazerem escolhas alimentares conscientes, levando em consideração suas preferências pessoais, necessidades nutricionais e valores individuais.

Promover o autocuidado e a autonomia na EAN também contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis a longo prazo. Ao capacitar os indivíduos a tomar decisões informadas sobre sua alimentação, eles se tornam mais conscientes de seus próprios corpos e necessidades, estabelecendo uma relação positiva e equilibrada com a comida. Essa autonomia também ajuda a reduzir o risco de distúrbios alimentares e promove uma relação mais saudável e intuitiva com a alimentação (ÁVILA, et al., 2019).

Os estudantes também têm a chance de aprender sobre a origem dos alimentos, suas propriedades nutricionais e técnicas de preparação saudáveis. Eles podem ser envolvidos em atividades como higienização dos alimentos, corte,

manipulação e combinação de ingredientes, além de aprenderem a utilizar utensílios de cozinha de forma segura.

Essa prática permite que os alunos compreendam a importância de uma alimentação equilibrada e saudável, pois eles estão envolvidos ativamente na criação de refeições nutritivas. Eles têm a oportunidade de experimentar diferentes alimentos, compreender como os ingredientes se complementam e aprender sobre o valor nutricional dos pratos que preparam (GIRONDOLI, et al., 2021).

Essa abordagem também fortalece a conexão emocional dos alunos com os alimentos que consomem. Ao participarem ativamente do processo de preparo, eles valorizam mais os alimentos e desenvolvem uma relação mais positiva e significativa com a alimentação (DONADONI; COSTA; NETTO, 2019).

### 8.2.2 Horta escolar/Horta e sustentabilidade/Educando com a horta

Concomitante aos projetos Alimentação/Refeitório/Refeições, identificou-se os projetos Horta escolar/Horta e sustentabilidade/Educando com a horta. A horta escolar é relatada na literatura como uma das principais ferramentas de EAN, além disso, é muito utilizada não somente no ambiente escolar, mas também em unidades de saúde e centros comunitários, aproximando a população aos alimentos e incentivando o seu cultivo (LEÃO *et al.*, 2021).

De acordo com a Lei 13.666, que estabelece diretrizes para o ensino de ciências/biologia, língua portuguesa, química, educação física, artes e outros, é possível explorar conteúdos relacionados à EAN por meio da utilização da horta escolar. Um estudo conduzido por Mendonça *et al.* (2021) ressalta que as hortas promovem uma aproximação entre a família e a escola, além de possibilitarem a interdisciplinaridade entre diversas disciplinas. Além disso, a horta escolar atua como uma estratégia de aprendizagem que aborda temas como alimentação, nutrição e cuidado ambiental, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma consciência sustentável e alimentar nos estudantes.

Neste âmbito, segundo estudo de Barros Neto, Assis e Amâncio, a inclusão do nutricionista nas escolas, a partir de 1994, tornou o projeto mais inclusivo, fortalecendo e ampliando a participação social e da própria comunidade em ações de EAN. Tal fato contribuiu para a criação das hortas escolares, como eixo gerador de dinâmicas comunitárias, educação ambiental e alimentação saudável e sustentável.

Dessa estratégia, surgiu, em 2005, o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Governo Brasileiro e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que criou o “Projeto Educando com a Horta Escolar” (PEHE) (BARROS NETO; ASSIS; AMÂNCIO, 2021).

O projeto em questão surgiu com a finalidade de transformar a cultura alimentar e nutricional dos estudantes de acordo com a própria realidade local, promovendo a discussão de temas transdisciplinares de acordo com a vivência pessoal. Com efeito, a horta passou a ser o objeto responsável por promover nas escolas as práticas ambientais, pedagógicas e nutricionais (BARROS NETO; ASSIS; AMÂNCIO, 2021).

Oliveira e colaboradores em 2018, detalham como a horta escolar pode ser utilizada para trabalhar conteúdos matemáticos e de ciências. Deste modo, a criação de hortas no ambiente escolar possibilitou, além do aprendizado de questões alimentares e nutricionais, a perspectiva de se aprender a calcular áreas, pois, foi preciso realizar cálculos acerca do espaço da horta e da quantidade de sementes. Ainda possibilitou o conhecimento sobre o nome científico das plantas, suas partes, seu desenvolvimento e plantio. A construção de conceitos ambientais e de reciclagem também foram desenvolvidos pelos alunos. O encontro entre famílias e escola foi promissor, haja vista que os responsáveis se aproximaram das atividades realizadas pelos alunos em amostras e visitas técnicas.

De acordo com Cribb (2010), as atividades que envolvem a construção e cultivo de alimentos em horta escolar se voltam a levar os estudantes a refletirem sobre os costumes alimentares. Da mesma forma, essas dinâmicas incentivam o cuidado com rejeitos e reaproveitamento de matéria orgânica à preparação do solo, aspecto que se volta ao cultivo de hortaliças. Observa-se a presença de uma ação específica: a manutenção e cuidado da horta escolar, conforme esclarecido na Nota Técnica 2810740. O uso da horta como uma ferramenta pedagógica possibilita que os estudantes reflitam sobre seus hábitos alimentares e também permite trabalhar o reaproveitamento de resíduos alimentares, enriquecendo o solo.

Essa mesma abordagem implica entender que as atividades que envolvem a horta escolar, tanto podem ser realizadas em sala de aula, por meio de discussão de temas associados aos aspectos produtivos e de cultivo, assim como se voltarem aos cuidados de saúde relacionados com questões de uso de agrotóxicos. É também

possível a parte prática de plantio de diversos cultivares e o entendimento dos cuidados a eles direcionados.

Pimenta e Rodrigues (2011) demonstram que as ações que destacam a educação ambiental com promoção de uma nova cultura de alimentação podem ser aplicadas em diversas áreas, despertando o interesse dos estudantes para uma análise crítica de propagandas dos alimentos e o cuidado com o meio ambiente, assim criando uma visão clara de como escolher os alimentos adequados. Tais atividades podem ser associadas ao cultivo e manejo da horta em busca da demonstração de que é possível preservar o meio ambiente com ações simples e com pequenos gestos para fortalecer a articulação de diferentes saberes e fazeres.

Corroborando, Coelho e Bogus (2016) expõem que a horta propicia um aprendizado que foi reconhecido pela pesquisa desenvolvida por esses autores como um espaço de trocas interpessoais. Isso contribui à retomada de conhecimentos anteriores e experiências pessoais dos docentes, sendo estas vinculadas tanto com o plantio como com os alimentos em si.

As atividades envolvendo a horta escolar resgatam, na ótica docente, a perspectiva de que este espaço orgânico é uma estratégia vinculada com a EAN. Para tanto, isso permite a construção do conhecimento em contato direto com a produção das diversas ações de cuidado com a horta, fomentando assim suas mais variadas formas de aplicar a EAN através deste projeto (COELHO; BOGUS; 2016).

Nesta mesma conjuntura, Zancul (2017) ainda expressa que o comportamento alimentar é demasiadamente complexo e as ações de EAN na escola não podem ser reduzidas unicamente a um ponto de vista da nutrição. É relevante, pois, que sejam ampliadas em outras abordagens e suscitem interesse e envolvimento dos estudantes com propostas de atividades práticas, que podem ser direcionadas para a forma como esses alimentos são produzidos na contemporaneidade.

As alimentares no cotidiano escolar têm considerado os aspectos biológicos e o valor nutritivo dos alimentos. Sob essa ótica, em boa parte das ações, volta-se para a manutenção da saúde, mas se mostra como fundamental o desenvolvimento de ações que impliquem o ensino da produção dos alimentos (ZANCUL, 2017).

A abordagem proposta por Bizzo e Leder (2005) destaca acerca da eficácia da EAN escolar, argumentando que sua efetividade não deve se limitar apenas à verificação de conhecimentos, mas sim evoluir para a incorporação de atividades práticas.

Para Ramos *et al.* (2013), é preciso aprofundar sobre a eficácia da prática de EAN, direcionando-as para um processo educativo amplo, considerando-se suas complexidades.

### 8.2.3 Disciplina Ciências da Natureza

Dentre os projetos e metodologias analisadas nos PPPs, identificou-se que em alguns momentos a EAN está vinculada à disciplina de Ciências da Natureza, sendo abordada de maneira mais tradicional, com foco biologista.

Magalhães e Porte (2019), avaliaram a percepção de educadores infantis sobre as atividades de EAN, como resultado, observaram que os profissionais ainda reforçam a visão e promoção de maneira mais biológica, direcionada diretamente a nutrientes, alimentos e corpo, deixam de lado as questões culturais, sociais e psicológicas. De fato, para que seja aplicada visando a realidade da comunidade escolar, é necessário que atores envolvidos sejam capacitados e estejam sempre atualizados sobre a temática.

Nas concepções de Soares e Roesler (2020), a escola deve se voltar a uma função essencial, que se direciona a garantir, ao longo do período de aulas, uma refeição para as crianças e adolescentes, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade. Ao observar essas concepções, nota-se que por mais que haja normativas atuais e documentos, como o Marco de EAN que direcionam e propõe metodologias e ações e com um olhar para além dos nutrientes e da prevenção de doenças, a falta de capacitação e atualização dos profissionais implica na menor aplicabilidade.

Esse mesmo enfoque se encontra no estudo desenvolvido por Schmitz *et al.* (2008), por meio do qual expressam que a escola deve ser formadora de novos hábitos. Destarte, a finalidade em ênfase é gerar indivíduos mais saudáveis e conscientes da devida escolha alimentar para a manutenção de saúde física e nutricional. Sabe-se, sobretudo, que essa condição decorre da abrangência de saúde a partir da educação.

Conforme destaca Rocha *et al.* (2018), as escolas analisadas não estavam adequadamente aplicando a oferta de alimentação para os estudantes, sendo aceita uma cultura que se associava com o hábito dos pais de enviarem lanches de casa para os filhos. O inexistente saber das famílias e do contexto escolar acerca da

temática em discussão ficou latente. Além disso, os objetivos para se desenvolver uma EAN de qualidade não foram observados, o que configura um quadro de ausência de conhecimento da comunidade escolar, que não se vinculou ao compromisso social de propiciar ações voltadas para a EAN. Sendo assim, percebe-se a importância da aproximação da comunidade junto à escola, permitindo a troca de saberes, a adequação à realidade local e a valorização da alimentação ofertada nas escolas.

As ações de EAN nas escolas atuam como uma estratégia de oferta da alimentação saudável que pode garantir o DHAA no espaço escolar, e isso ocorre, principalmente, com a responsabilidade do nutricionista na elaboração de cardápios voltados à realidade local, de qualidade e quantidade corretas; com a implantação e manutenção de hortas escolares pedagógicas; com a realização de oficinas, palestras, aulas e a inserção do tema no currículo escolar (PEREIRA; NUNES; MOREIRA, 2020).

Para Bento et al. (2015), os fatores que influenciam nas escolhas alimentares dos responsáveis e afetam crianças pré-escolares são preponderantes ao preço de alimentos considerados mais saudáveis. Tal fator propicia, portanto, um consumo menor de frutas e de hortaliças, que acabam sendo substituídos por alimentos com alta densidade energética com açúcar e óleo, condição que afeta a saúde e o desenvolvimento das crianças.

Portanto, considera-se que a formação social nas escolas, a respeito de questões acerca de alimentação e meio ambiente, e as experiências vivenciadas com as hortas e outras atividades educacionais sejam duradouras e transformadoras no ato de cuidar de si mesmo, do próximo e do meio ambiente (SILVA et al., 2020).

#### 8.2.4 Projetos de conexões com o Marco de EAN

O projeto Horta Escolar/Horta e sustentabilidade/Educando com a horta é uma iniciativa que oferece uma oportunidade prática para que os alunos aprendam sobre o ciclo de vida das plantas, a importância da alimentação saudável e a relação entre a produção de alimentos e o meio ambiente. Ao envolver os alunos no cultivo e na colheita dos alimentos, o projeto aborda o conceito do Marco de EAN (Campo de conhecimento e prática permanente, Transdisciplinar, Multiprofissional, Promoção da prática da autonomia e hábitos saudáveis e o Uso de metodologia ativa) e os

princípios; I (promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável) e II (promover a segurança alimentar e nutricional) (COELHO; BÓGUS, 2016).

A horta pode ser uma plataforma para desenvolver habilidades de educação alimentar e nutricional, como a preparação de refeições saudáveis com os alimentos colhidos e a conscientização sobre a importância de uma alimentação equilibrada. Dessa forma, o projeto aborda também os princípios do Marco de EAN III (promover a alimentação adequada e saudável), IV (promover a educação alimentar e nutricional em todas as etapas do ciclo de vida) VII (diversifica o cenário de prática utilizando outros espaços da escola) (OLIVEIRA; PEREIRA; JÚNIOR, 2018).

No projeto Alimentação/Refeitório/Refeições, os alunos são expostos a informações sobre alimentos saudáveis, grupos alimentares, nutrientes e os impactos que a alimentação tem em sua saúde e bem-estar. Eles aprendem sobre a importância de consumir uma variedade de alimentos nutritivos e a diferença entre alimentos processados e alimentos frescos. Enfatiza-se a participação ativa dos alunos na escolha dos alimentos que serão consumidos no refeitório da escola (ÁVILA, *et al.*, 2019).

Dessa forma, está alinhado com o conceito do Marco de EAN (Campo de conhecimento e prática permanente, Multiprofissional e a Promoção da prática da autonomia e hábitos saudáveis) e aos princípios; III (promover a alimentação adequada e saudável), IV (promover a educação alimentar e nutricional em todas as etapas do ciclo de vida), V (promover o direito à alimentação adequada e saudável, com base nos princípios da sustentabilidade) e VII (diversifica o cenário de prática utilizando outros espaços da escola) (BRASIL, 2012).

Algumas escolas preferem abordar a EAN na disciplina de ciências da natureza, onde os alunos têm a oportunidade de compreender a relação entre a alimentação e a natureza, explorando os conceitos científicos que envolvem os alimentos, sua composição nutricional, os processos de cultivo e produção agrícola, bem como as interações ecológicas presentes nos sistemas alimentares.

Essa abordagem contribui para o alcance do conceito do Marco de EAN (Campo de conhecimento e prática permanente, Transdisciplinar, Intersetorial, Multiprofissional, e a Promoção da prática da autonomia e hábitos saudáveis) e associado aos princípios; II (promover a segurança alimentar e nutricional) e V (promover o direito à alimentação adequada e saudável, com base nos princípios da sustentabilidade). Os alunos podem compreender a importância da segurança

alimentar, discutindo temas como acesso a alimentos de qualidade, desperdício alimentar, métodos de produção sustentáveis e a relação entre alimentação e meio ambiente (BRASIL, 2012).

Partindo deste pressuposto, após a análise dos projetos de EAN inseridos nos PPPs municipais, observa-se que eles englobam diversos princípios, destacando os princípios de integralidade, promoção da saúde, participação e empoderamento, respeito à diversidade e valorização da cultura alimentar, sustentabilidade, intersetorialidade. Subtende-se que essa aproximação com estes princípios podem estar associada às capacitações que os atores de EAN da rede municipal recebem frequentemente e com os projetos realizados. Tendo em vista que para que haja o sucesso nas ações, é necessário não somente diretrizes, leis e normativas, mas a capacitação de todos os envolvidos, além de acesso aos meios necessários para execução destas ações. Sendo assim, essa capacitação deve ser contínua e atualizada, a fim de promover as ações e englobar o máximo de princípios dos Marco EAN.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Florianópolis se destaca como a capital pioneira na implementação de incentivo ao consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar por meio de uma lei, isto se deu através da criação da lei municipal das cantinas de nº 5853, de 04 de junho de 2001, que determinou a proibição da venda de alimentos industrializados, doces, frituras, bebidas alcoólicas e refrigerantes dentro das escolas. Com esta iniciativa, já é possível visualizar a preocupação que o município desde cedo teve em relação à alimentação saudável nas escolas, sendo está uma importante ação de EAN realizada já nos inícios dos anos 2000.

Ao longo do tempo, tem havido maior atenção para a promoção de uma alimentação adequada e saudável. Normativas e documentos têm buscado estabelecer diretrizes e orientações para a implementação de ações de EAN em diversos contextos, como escolas, políticas públicas e programas de alimentação. Essa evolução reflete uma maior conscientização sobre a importância da EAN como um componente essencial para a promoção da saúde e o bem-estar da população.

Cabe destacar que os fundamentos de uma alimentação adequada, saudável e de qualidade, vem ganhando espaço e, assim, o PNAE passa a ocupar um lugar de

destaque. Visto isso, conclui-se que as atividades desenvolvidas na escola estimulam a formação de conhecimento, levado desde a infância até a fase adulta, sobre a importância da formação de hábitos alimentares saudáveis. Note-se que as atividades educativas representam uma possibilidade de impacto real acerca da saúde e das mudanças de hábitos alimentares tanto para o educando quanto para sua família. Além disso, a intervenção positiva de discussões sobre as questões ambientais favorece a formação de indivíduos cientes da importância da educação ambiental para a vida.

Com o intuito de continuar fomentando ações de EAN, no de 2009 a prefeitura municipal de Florianópolis criou o projeto "Educando com a horta escolar" nas escolas do município, projeto este que permanece até os dias de hoje, porém, com uma nova nomenclatura.

Ao analisar os PPPs das escolas, percebe-se a execução destas hortas escolares como um dos principais projetos de EAN e o mais encontrado nas análises dos PPPs da rede municipal. É importante destacar que a prefeitura municipal de Florianópolis oferece aos seus servidores cursos de capacitação em EAN, ações que habilitam estes atores de EAN, a realizar da melhor forma possível estes projetos, de acordo com a realidade escolar, promovendo discussão e reflexão sobre a temática e sua implantação.

O trabalho pode apresentar limitações, como a influência da pandemia da COVID-19, levando em consideração que a coleta de dos PPPs ocorreu ainda durante o período pandêmico, é importante ressaltar que as escolas estavam se adaptando a realidade mundial, desta forma os documentos analisados poderiam apresentar algumas alterações/adaptações, desde das descrições das atividades em geral realizadas nas escolas até mesmo nas ações de EAN programadas e realizadas. Um outro fator limitante a ser destacado é necessidade de uma padronização dos PPPs, cada escola desenvolve o documento de um modo, descrevendo as informações relevantes, com grande diferença, pontuando e dando ênfase a alguns temas e deixando de lado outros temas, sendo assim um modelo padrão tornaria a análise e leitura deste documento mais acessível e organizada, auxiliando até mesmo na execução, entendimento das atividades e dos cronogramas propostos.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALVES, Hayda; WALKER, Patrícia. Educação Alimentar e Nutricional como prática social. **Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde**, v.8, n.3, p.499-508, 2013.
- ALVIM, Neide Aparecida Titonelli; FERREIRA, Márcia de Assunção. Perspectiva problematizadora da educação popular em saúde e a enfermagem. **Texto & contexto Enfermagem**, v. 16, n.2, p.315-319, 2007.
- ARAÚJO, Maria da Purificação Nazaré, COSTA-SOUZA, Jamacy, TRAD, Leny Alves Bomfim. **A alimentação do trabalhador no Brasil: um resgate da produção científica nacional**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 17, n. 4, p. 975-992,2010.
- ARAÚJO, Ulisses F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação: Práticas e reflexões**. São Paulo: Summus Editorial, 2014.
- ÁVILA, Renata Silva de. *et al.* **Educação alimentar e nutricional para adolescentes: O protagonismo como estratégia para práticas alimentares saudáveis**. Saúde e Desenvolvimento Humano, v. 7, n. 3, p. 39-48, 2019
- BARROS NETO, Ludgero Rêgo; ASSIS, Renato Linhares; AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça. Trajetória do projeto educando com a horta escolar: eixo gerador de dinâmicas alimentares, educacionais, gastronômicas e agroecológicas. **Revista GeoPantanal**, v.30, p. 113-132, 2021.
- BELIK, Walter; CHAIM, Núria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: Eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 5, p. 595–607, 2009.
- BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- BENTO Isabel Cristina *et al.* Alimentação saudável e dificuldades para torná-la uma realidade: percepções de pais/responsáveis por pré-escolares de uma creche em Belo Horizonte/MG, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2389-2400, 2015.
- BEZERRA, J. A. B. Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes. Fortaleza: Ed. UFC, 2018.
- BIZZO, Maria Letícia Galluzzi; LEDER, Lídia. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 5, p. 661–667, 2005.
- BOOG, Maria Cristina Faber. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição**, v. 10, n. 1, p. 5–19, 1997.

BOOG, Maria Cristina Faber. Histórico da educação alimentar e nutricional no Brasil. In: DIEZ-GARCIA, R.W.; CERVATO-MANCUSO, A.M. VANNUCHI, H. (Orgs.) **Mudanças alimentares e educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955**. Institui a Campanha da Merenda Escolar. Diário Oficial da União, 2 de abril de 1955. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956**. Criação da Campanha Nacional de Merenda Escolar. Diário Oficial da União, 13 de abril de 1956. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39007-11-abril-1956-329784-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972**. Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e dá outras providências. Diário Oficial da União, 11 de dezembro de 1972. Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5829&tipo\\_norma=LEI&data=19721130&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5829&tipo_norma=LEI&data=19721130&link=s). Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994**. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Diário Oficial da União, 13 de julho de 1994. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109225/lei-de-municipalizacao-da-merenda-escolar-lei-8913-94>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.979-19 de 02 de junho de 2000**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas/1979-19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1979-19.htm). Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.178-36 de 24 de agosto de 2001**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2178-36.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2178-36.htm). Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. **Portaria interministerial no 1.010, de 8 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010\\_08\\_05\\_2006.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html). Acesso em: 28 de jul. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 38 de 19 de agosto de 2008**. Estabelece critérios para o repasse de recursos financeiros, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, previstos na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para o atendimento dos alunos do ensino fundamental matriculados em escolas de Educação Integral, participantes do Programa Mais Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-legislacao/item/3267-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-19-de-agosto-de-2008>. Acesso em: 25 mai. 2021.

BRASIL. **Lei no 11947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Lex: Diário Oficial da União, nº 113, 17 de junho 2009. Disponível em: Acesso em: 14 jun. 2021.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social; 2010.

BRASIL. **Emenda constitucional no 64, de 4 de fevereiro de 2010**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm) . Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Fome Zero: Uma história Brasileira**. v.1. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição/ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 84 p.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE no 26, de 17 de junho de 2013** - Portal do FNDE. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolucao-cd-fnde-no-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é base**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL, **LEI No 13.666, DE 16 DE MAIO DE 2018a**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm). Acesso em: 22jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**. Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, 2019a.

BRASIL. **Resolução no 6, de 08 de maio de 2020a**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-ainformacao/institucional/legislacao/item/13511-resolucao-no-6,-de-08-de-maio-de-2020>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. **Histórico - Portal do FNDE**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da Saúde e qualidade de vida. **Ciência saúde coletiva**, v.5, n.1, p. 163-77, 2000.

BYRNE, Elena; NITZKE, Susan. **Preschool children's acceptance of a novel vegetable following exposure to messages in a storybook**. Journal of Nutrition Education and Behavior, v. 34, n. 4, p. 211-214, 2002.

CABRAL, N.A.L., OLIVEIRA, A.T.V., SAMPAIO, G.C., BRITO, A.C.D., DE ABREU, D.D.S., CASTRO, E.E.C. Avaliação de ações de educação nutricional em escolas públicas de São Luís, Maranhão, Brasil. **Revista Pesquisa Saúde**, v.16, n.3, p.149-153, 2015.

CALDAS, E. C. R.; PINHEIRO, M. G. S. P. Política Educacional, **Poder Municipal e Gestão Escolar**: exigências e diretrizes para as escolas públicas de Manaus. ANPAE, 2011.

CAMOSSA, Ana Cristina do Amaral; COSTA, Fátima Neves do Amaral; OLIVEIRA, Paula Fernanda de; FIGUEIREDO, Tânia Poggi de. Educação nutricional: uma área em desenvolvimento. **Alimentos e Nutrição**, v. 16, n. 4, p. 349–354, 2005.

CAMOZZI, A. B. Q. *et al.* Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia?. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 32–37, 2015.

CARMO, Erinaldo Ferreira; BARROSO, Ravenna Merêncio Oliveira. envolvimento do estudante e tamanho da escola: um estudo comparado entre escolas públicas na cidade do Recife. **e-Mosaicos**, v. 7, n. 14, p. 3-17, 2018.

CARVALHO, Sérgio Rezende. Saúde coletiva e promoção da saúde. **Sujeito e mudança**. São Paulo: Hucitec; 2005.

CASTRO, S.F.F., MELGAÇO, M.B., SOUZA, V.M.G., SANTOS, K.S. Convergência de políticas públicas educacionais na promoção da alimentação adequada e saudável. **Revista Panamericana Salud Pública**. v.2, p.43-96, 2019.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, Jean *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CESAR, Josiane Tiborski *et al.* Alimentação Escolar no Brasil e Estados Unidos: uma revisão integrativa. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.23, n.3, p.991-1007, 2018.

COELHO, Denise Eugenia Pereira; BÓGUS, Cláudia Maria. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 761–770, 2016.

CRIBB, Sandra. Contribuições da educação ambiental e horta escolar na promoção de melhorias ao ensino, à saúde e ao ambiente. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 42-60, 2010.

DE CASTRO, Mariana Almeida Viveiros; DE LIMA, Grazielle Corrêa; ARAUJO, Gabriella Pinto Belfort. Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: visões do Brasil e do mundo. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição-RASBRAN**, v. 12, n. 2, p. 167-183, 2021.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André. **Metodologia do ensino de ciências**. 1990.

DONADONI, Pamella; COSTA, Jéssica Almeida Silva da; NETTO, Michele Pereira. **Nutrimdo o saber: relato de experiência em práticas de educação alimentar e nutricional com pré-escolares**. Revista de APS, v. 22, n. 1, 2019.

DUMMER, Laura Menezes Eskasinki; CAMOZZATO, Viviane Castro. O método Montessori na formação do currículo para o Ensino de Ciências na Educação Infantil. **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 3, p. 500–514, 2021

FAGUNDES, Andhressa; GABRIEL, Cristine Garcia; MENDONÇA, Izabelle de Andrade. Cardápios das escolas públicas municipais de Aracaju, Sergipe. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 25, n. 2, p. 29-37, 2018.

FÁVERO, Altair. CENTENARO, Junior. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Contrapontos**. Florianópolis. v. 19, n.1. 2019.

FLORIANÓPOLIS. **Projeto educando com a horta escolar**. Secretaria municipal de Florianópolis, 2009.

FLORIANÓPOLIS. **Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil**. Florianópolis: Prelo Gráfica & Editora Ltda, 2010. FLORIANÓPOLIS.

FLORIANÓPOLIS. **Diretrizes educacionais pedagógicas para a educação básica**. Florianópolis: CGP Solutions, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 23ª Reimpressão. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GABRIEL, Cristine Garcia *et al.* Cantinas escolares de Florianópolis: existência e produtos comercializados após a instituição da Lei de Regulamentação. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 2, p.191-199, 2010.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um Projeto de Pesquisa de um Artigo de Revisão de Literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 5, p. 01-28, 2019.

GOMES, Kelly dos Santos; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. **Dialogando sobre as possibilidades e desafios das merendeiras nas ações de educação alimentar e nutricional**. Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 13, n. 1, p. 55-68, 2018.

GUENTHER, Mariana *et al.* Implementação de composteiras e hortas orgânicas em escolas: sustentabilidade e alimentação saudável. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, p.391-409, 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.) **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.120 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIRONDOLI, Yassana Marvila *et al.* **Incentivo às habilidades culinárias e ao consumo de comida de verdade como estratégia de educação alimentar e nutricional no ambiente de trabalho**. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 2, p. 7424-7432, 2021.

HALMANN, Adriane Lizbehd. Formação docente para a educação alimentar e nutricional para o enfrentamento do contexto pós-pandêmico junto à comunidade escolar. **RAÍZES E RUMOS**, v. 8, n. 1, p. 10–28, 2020

HILLESHEIM, Selma; MORETTI, Mércles Thadeu. **Elementos transversais para a aprendizagem da geometria nos anos iniciais do Ensino Fundamental**: uma proposta de currículo possível. *REVEMAT: Revista Eletrônica de matemática*, v. 15, n. Currículo e Educação Matemática, p. 1-20, 2020.

HEIDEMANN, Ivonete Buss Schülter *et al.* Incorporação teórico-conceitual e metodológica do educador Paulo Freire na pesquisa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, p. 416-420, 2010.

ISSA, Raquel Carvalho *et al.* Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 35, n. 2, p. 96-103, 2014.

IULIANO, Bianca Assunção; CERVATO-MANCUSO, Ana. Maria; GAMBARDELLA, Ana Maria Dianezi. Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos-SP. **O Mundo da Saúde**, v. 33, n. 3, p. 264-272, 2009.

JUZWIAK, Claudia Ridel. **Era uma vez...** um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 17, p. 473-484, 2013.

KOPSTEIN, Marcos Antunes; ZUCOLOTTI, Marcele Pereira da Rosa. As concepções de aprendizagem de Paulo Freire aplicadas ao Ensino Superior em Direito. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 2, 2019.

KRIPKA, R. SCHELLER, M. BONOTTO, D. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **ATAS Investigação Qualitativa em Educação**, v. 2, p. 234-247, 2015.

LACANALLO, Luciana Figueiredo *et al.* Métodos de ensino e de aprendizagem: uma análise histórica e educacional do trabalho didático. **VII Jornada do Histedbr-O trabalho didático na história da educação**. Atas do Evento, Campo Grande, p. 580-587, 2007.

LANES, Karoline Goulart *et al.* **O ensino de ciências e os temas transversais**: práticas pedagógicas no contexto escolar. *Revista Contexto & Educação*, v. 29, n. 92, p. 21-51, 2014.

LEÃO, Paula Valente. Atribuições do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 67-74, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática. In: LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar - políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez Editora, 2012, p. 254- 257.

LIMA, Eduardo Jorge da Fonseca; SOUZA, Márcio Fernando Tavares de; CEDRIN, Noélia Maria Barbalho. Alimentação na infância. In: LIMA, Eduardo Jorge da Fonseca; SOUZA, Márcio Fernando Tavares de; BRITO, Rita de Cássia Coelho Moraes de. **Pediatria ambulatorial**. Rio de Janeiro: Medbook, 2008, p. 67-87.

- LINS, Maria Alcina Terto. A relação entre a educação e o desenvolvimento econômico no Brasil no período de 1950 a 1970. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 25, p. 76-89, jan./jun. 2021.
- LUCAS, Betty Lou; FEUCHT, Sharon. A. Nutrição na infância. In: MAHAN, Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia. **Krause: Alimentos, nutrição e dietoterapia**. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 222-245.
- MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de; MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saúde e Sociedade*, v. 25, n. 2, p. 505–515, 2016.
- MAGALHÃES, Heloísa Helena Silva Rocha; PORTE, Luciana Helena Maia. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. **Ciência & Educação**, v. 25, n. 1, p. 131–144, 2019.
- MARIANA, Mariana Belloni Melgaço; SOUZA, Thais Salema Nogueira de; BARROS, Marília Bohnen de; CASTRO, Solange Fernandes de Freitas. possibilidades e desafios da educação alimentar e nutricional no PNAE: Uma análise de iniciativas da gestão federal. **Cadernos do FNDE**, v. 2, n. 3, p. 35–47, 2021.
- MARTINELLI, Suellen Secchi *et al.* Strategies for the promotion of healthy, adequate and sustainable food in Brazil in times of Covid-19. **Revista de Nutrição**, v. 33, p.e20181, 2020.
- MENDONÇA, Catarina *et al.* Horta: estratégia para a educação alimentar e nutricional de pré-escolares. **Extensão em Debate**, v. 3, n.1, p. 81-95, 2019.
- MENDONÇA, Luciana de Oliveira Souza, L.; FARIAS, Isabel Maria Sabino. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, p. 1-7, 28 ago. 2020.
- MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.
- MELLO, Adriana Lima *et al.* Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 1, p. 119-132, 2012.
- Michalichen, Kelly Cristiane de *et al.* A horta escolar num contexto de educação alimentar e nutricional em uma escola pública. **Rev. Aten. Saúde, São Caetano do Sul**, v. 16, n. 55, p. 14-20, jan./mar., 2018.
- MONTESSORI, Maria. *The Discovery of the Child*. **Mumbai**: Aakar Books, 2004.
- Morgado, Fernanda da Silva, and Mônica Aparecida Aguiar dos Santos. "A Horta Escolar Na Educação Ambiental E Alimentar: Experiência Do Projeto Horta Viva Nas Escolas Municipais De Florianópolis." *Extensio. Revista Eletrônica De Extensão* 5.6 (2008).

- MORGAN, Luzinara Scarpe. **A noção contemporânea de cidadania como pré-compreensão para a materialização dos valores ético-jurídicos fundamentais.** In: ENCONTRO PREPARATÓRIO PARA O CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. p. 13-14. 2007.
- NUNES FILHO, Luciano Uchôa; MOURA, Jonathas Pinheiro Amorim; ALENCAR, Dionísio Leonel. **A capoeira como conteúdo nas aulas de Educação Física.** Lecturas: Educación Física y Deportes, v. 24, n. 257, p. 11-21, 2019.
- OLIVEIRA, Sabrina Ionata de; OLIVEIRA, Kathleen Sousa. Novas perspectivas em educação alimentar e nutricional. **Psicologia**, v. 19, n. 4, p. 495-504, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Nilka; SAMPAIO, Thereza Maria Tavares; COSTA, Eveline Alencar. Educação nutricional de pré-escolares – um estudo de caso. Oikos: **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 25, n.1, p. 093-113, 2014.
- OLIVEIRA, Fabiane; PEREIRA, Emmanuelle; PEREIRA JÚNIOR, Antonio, A. Horta escolar, educação ambiental e a interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 13, p. 10-31, 2018.
- OTTONI, Isabela Cicaroni; DOMENE, Semiramis Martins Álvares; BANDONI, Daniel Henrique. Educação alimentar e nutricional em escolas: uma visão do Brasil. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 14, p. e38748, 2019
- PACHECO, José Augusto. **A educação para a cidadania: o espaço curricularmente adiado.** Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2000.
- PAREJA, Sara Lucía Sierra; CARVAJAL, Elena Roura; MILA-VILLARROEL, Raimon; CABALLERO, Alba Adot. Estudio y promoción de hábitos alimentarios saludables y de actividad física entre los adolescentes españoles: programa TAS (tú y Alicia por la salud). **Nutrición Hospitalaria**, v.35, p.121-129. 2018.
- PEDRAZA, Dixis Figuerosa; MELO, Naddine Lívia Silva; SILVA, Franciely Albuquerque; ARAUJO, Erika Morganna Neves. Evaluation of the National School Food Program: review of the literature. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 5, p. 1551-1560, 2018.
- PEIXINHO, Albaneide, BALABAN, Daniel, RIMKUS, Leah, SCHWARTZMAN, Flavia, GALANTE, Andrea Pólo. Alimentação escolar no Brasil e nos Estados Unidos. **O mundo da saúde**, v.35, n.2, 128-136, 2011.
- PEREIRA, Danielly Steffen *et al.* formação continuada sobre alimentação e nutrição: análise da contribuição na prática docente. **Revista de Educação a Distância**, v. 4, n. 1, p. 174-190, 2017.
- PEREIRA, Tamires Railane; MOREIRA, Breno; NUNES, Renato Moreira. A importância da educação alimentar e nutricional para alunos de séries iniciais. **Lynx**, v. 1, n. 1, 2020.
- PETERSEN, M.; SCHMIDT, S. **Consumo e infância:** “De mãos dadas a caminho da escola”. In: GTS/DF, 2., Brasília Anais. Brasília: 2012.
- PIMENTA, José Calisto; RODRIGUES, Keila da Silva Maciel. **Projeto horta escola: ações de educação ambiental na escola centro promocional todos os santos**

de Goiânia (Go). II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade. 2011.

PONTES, A. M. O.; ROLIM, H. J. P.; TAMASIA, G. A. **A importância da educação alimentar e nutricional na prevenção da obesidade em escolares**. Fac Integ Vale do Ribeira, 2016.

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Caderno de Saúde Pública**, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, nov. 2013

ROCHA, Naruna Pereira *et al.* Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, Brasil. **Revista da Saúde Pública**, n. 52, p.1-16, 2018.

ROSSETTI, Francini Xavier, SILVA, Marina Vieira, M., WINNIE, Lo Wai Yee. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. **Segurança Alimentar Nutricional**, v. 23, n.2, p. 912-923, 2016.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, n.1, p. 1-15, 2009.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva Food and nutrition education in the context of promoting healthy food practices. **Revista de Nutricao**, v. 18, n. 5, p. 681–692, 2005.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.17, p.45- 62, 2012.

SANTOS, Ana Paula Machado, BERGOLD, Leila Brito Oficinas musicais: a utilização do lúdico e da música para Educação Alimentar e Nutricional com escolares. **Revista Da Associação Brasileira de Nutrição**, v. 9, n. 2, p. 88–93, 2018.

SANTOS, Ana Patrícia Lima. Autonomia do Ambiente Escolar: um novo conceito para a Educação Infantil. **CONEDU VII Congresso de Educação Nacional**. 2020. Disponível em:

[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA9\\_ID1083\\_30082020190402.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA9_ID1083_30082020190402.pdf) . Acesso em: 15 fev. 2023.

SANTOS, Ana Beatriz Macêdo Venâncio *et al.* Caminhos para articulação da Educação Alimentar e Nutricional com o currículo escolar: relato de experiência no contexto do ensino fundamental. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 16, p. e56719, 2021.

SANTOS, Luisa Florentino; CAIVANO, Simone dos Anjos. Avaliação da qualidade de cardápios da alimentação escolar no ensino público. **Revista Interfaces**, v.10, n. 1, p. 1182-1190, 2021.

SAUL, Ana Maria Saul, SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. O pensamento de Paulo Freire no campo de forças das políticas de currículo: A democratização da escola da escola. **Revista e-curriculum**, v.7, n.3, p. 1-24, 2011.

SCHMITZ, Bethsáida de Abreu Soares *et al.* A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, v.24, n.2, p.S312-S322, 2008.

SILVA, Antonio Carlos Barbosa da; BARBOSA DA SILVA, Marina Casadei; OLIVEIRA, Vanessa Érika. Educação alimentar e nutricional, cultura e subjetividades: a escola contribuindo para a formação de sujeitos críticos e criativos em torno da cultura alimentar. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 10, n. 2, p. 247-257, 2015.

SILVA, Caetana Juracy Rezende; PACHECO, Eliezer Moreira. **A concepção do projeto político pedagógico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 22, p. e13658-e13658, 2022.

SILVA, Danielle Ribeiro; FESTA, Priscila Soares Vidal. **Infância, consumo e ambiente escolar**: Reflexões sobre o desenvolvimento infantil na sociedade contemporânea. **Memorial TCC – Caderno da Graduação**, v. 1, n. 1, p. 505-520, 2015.

SILVA, Simoni Urbano; MONEGO, Estelamaris Tronco; SOUSA, Lucilene Maria; ALMEIDA, Géssica Mercia Food and nutrition education actions and the nutritionist within the scope of the National School Food Program. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2671-2681, 2018.

SILVA, Lucas Santos *et al.* Semeando saúde – educação ambiental e alimentar em escolas de Itaqui/RS. **Revista Eletrônica de Extensão**, v. 17, n. 35, p. 108-125, 2020.

SIPIONI, Marcelo Eliseu; ZOUAIN, Mariana Santiago; RIBETT, Milene Jastrow; ZOUAIN, Ana Claudia Santiago; REZENDE, Ana Maria Bartels. Percepções de professores da educação básica sobre alimentação saudável e educação alimentar e nutricional na escola. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**, v. 12, n. 2, p. 21–41, 2021.

SOARES, Simone Cesario; ROESLER, Marli Renate von Borstel. Educando para a formação de hábitos alimentares saudáveis. **Justitia Liber**, v.2, n.1, p.45-51, 2020.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; SABEDOT, Francielli Regina Boroski; SCHAFFER, Elisângela. Merendeiras como agentes de educação em saúde da comunidade escolar: potencialidades e limites. **Espaço para Saúde**, v. 11, n. 2, p. 11–20, 2011.

OMICI, Anita Lopes Oliveira; CASTELLÕES, Mariana Lamha; CAMPOS, Renata Fortuna de Souza; RODRIGUES, Ana Claudia Peres.; OLIVEIRA, A. L. de. Comida, arte e atividades lúdicas: relato de experiência de um projeto vivenciado em uma instituição com crianças em vulnerabilidade social. **Revista Em Extensão**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 113–121, 2021.

UNITED STATES. One hundred eleventh 111th Congress of the United States of America: at the second session. 2010.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de *et al.* Políticas públicas de alimentação e nutrição do Brasil: de Lula a Temer. **Revista de Nutrição**, v. 32, 2019.

ZANCUL, M. de S. Educação alimentar na escola: para além da abordagem biológica. **Temas em Educação e Saúde**, v. 13, n. 1, p. 14–23, 2017.

WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Temas transversais ou conteúdos disciplinares?** Cultura, cidadania e diferença. Interações (Campo Grande), v. 18, p. 197-206, 2017.

WFP. **Alimentação em países subdesenvolvidos**. Programa Mundial de Alimentos. Centro de Excelência contra a fome. 2017. Disponível em: <https://centrodeexcelencia.org.br/school-feeding-developed-countries>. Acesso em: 25 jul. 2022.

WHO. European **Food and Nutrition Action** Plan 2015–2020. ISBN 978 92 890 5123 1 . Geneva: World Health Organization; 2015

WHO. **Global nutrition policy review 2016-2017**. Country progress in creating enabling policy environments for promoting healthy diets and nutrition. Geneva: World Health Organization; 2018

KOPS NL, ZYS J, RAMOS M. Educação alimentar e nutricional da teoria à prática: um relato de experiência. **Rev Cienc Saude** 2013; 6(2):135-140